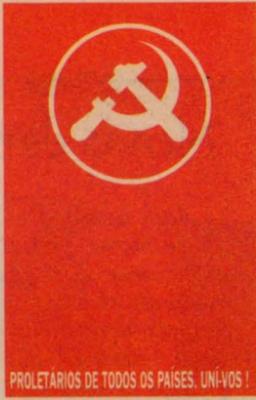


A Classe Operária



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNIVOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



DOC. CLAS MANSUR

REFORMA AGRÁRIA

Seminário discute o combate à seca no Nordeste. João Pedro Stedile, coordenador do MST, fala sobre as características e perspectivas da luta pela posse da terra.

PÁGINAS 8 E 9

Elites se acertam com Fernando Henrique

PARTIDOS

Substituto do senador Fogaça ameaça a liberdade partidária

PÁGINA 5

ÍNDIA

Renato Rabelo participa de seminário sobre a atualidade do marxismo

PÁGINA 13

CUT

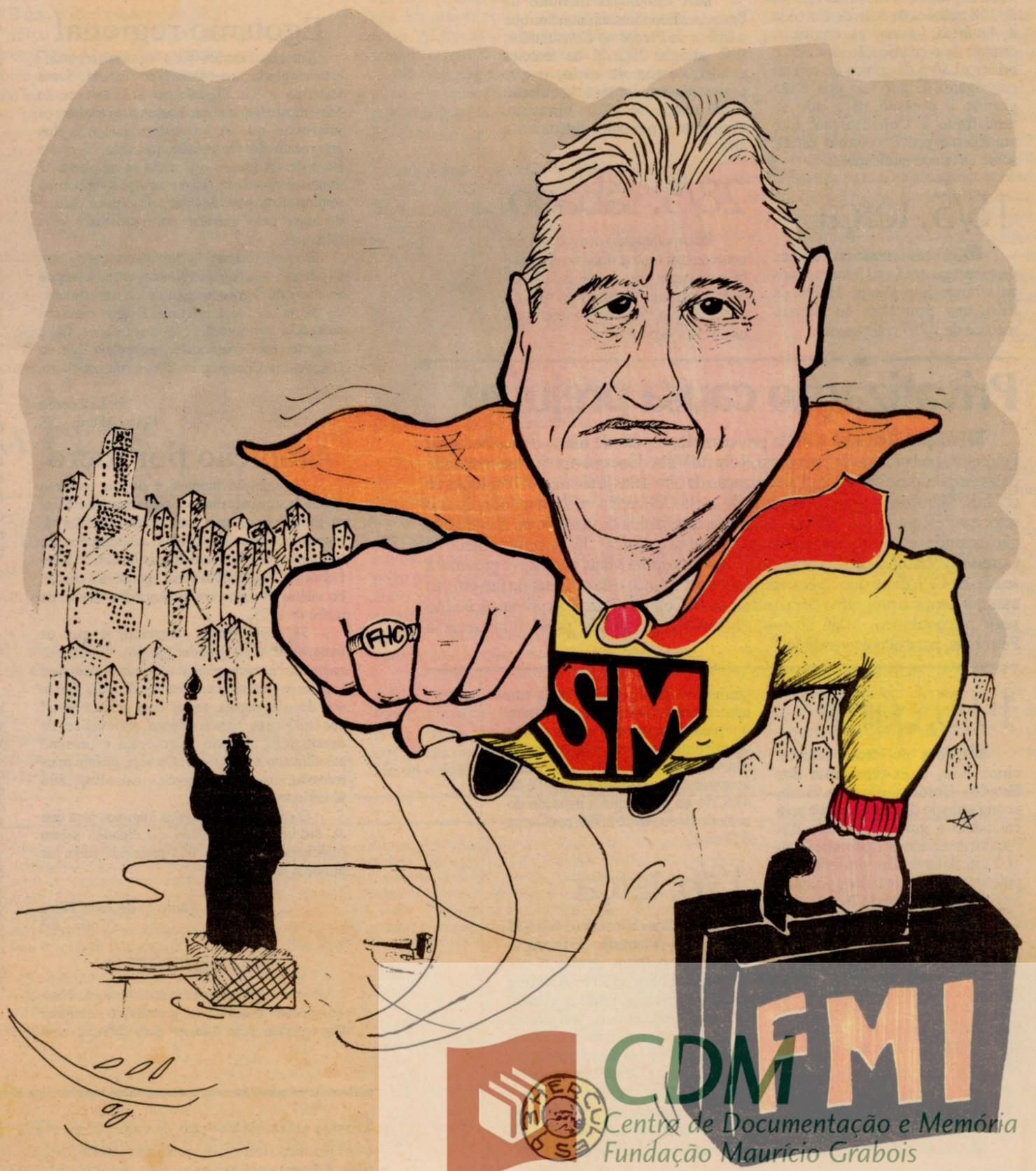
Central enfrenta crise. Plenária de agosto vai definir rumo a seguir

PÁGINA 11

CANUDOS

Cem anos de uma das mais importantes lutas entre atraso e modernidade

PÁGINA 7



Resumo

14/5. sexta

■ A juíza Denise Frossard, do Rio de Janeiro, condenou os chefões do jogo do bicho a 6 anos de prisão por formação de quadrilha. A coragem da juíza chamou atenção de todo o país, pois ela ousou desafiar, em meio a muita ameaça, um dos maiores esquemas de criminalidade no Brasil.

17/5. segunda

■ Anunciada taxa recorde de desemprego na Espanha, 21,74% da População Economicamente Ativa (PEA) para o primeiro trimestre de 93, que equivalem a um total de 3.300.270 sem trabalho. Em toda a Comunidade Econômica Européia são 10,3%, ou seja, 17,4 milhões de pessoas desempregadas. Nos países industrializados mais ricos são 34 milhões sem emprego.

17/5. segunda

■ O lucro líquido da Telebrás nos três primeiros meses do ano foi de 158 milhões de dólares. Em toda a América Latina, as empresas estatais de comunicação têm sido o principal alvo da cobiça do capital estrangeiro. É por isso que é tão grande a pressão para que se modifique a Constituição, que atualmente prevê controle estatal sobre as telecomunicações.

18/5. terça

■ O Dieese anunciou a taxa de desemprego para os 15 municípios da Grande São Paulo: 16,1% da PEA, que equivalem ao número recorde de 1,287 mil pessoas.

26/5. quarta

■ Deflagrada uma greve geral no Equador, convocada pela Frente Unitária dos Trabalhadores. A greve - a segunda em dez meses - tem como objetivo principal protestar contra a política do governo de privatização e "modernização" do Estado.

26/5. quarta

■ Mais de dez mil manifestantes saíram às ruas de Bonn em protesto contra parlamentares que votariam naquele dia o projeto do governo alemão visando restringir e permitir a expulsão de asilados e refugiados na Alemanha. A polícia reprimiu duramente a manifestação. Os deputados tiveram de utilizar helicópteros para chegar ao parlamento.

♣ Ao final, a lei foi aprovada por 521 votos contra 132, com apoio dos social-democratas.

27/5. quinta

■ A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas anunciou que o Índice de Preços ao Consumidor, IPC, atingiu 29,26% na terceira quadrissemana de maio, o que representa a maior taxa de inflação desde março de 1990. Vestuário, transporte e remédios lideraram a alta.

28/5. sábado

■ Um atentado provocado por neonazistas matou duas mulheres e três crianças turcas na cidade de Solingen, na Alemanha, pouco depois que o Parlamento restringiu os direitos dos asilados.

Privatização causa prejuízo

■ Em depoimento à CPI da privatização, dia 26 de maio, o presidente da Petroquisa (subsidiária da Petrobrás), Roberto Villa, disse que o prejuízo acumulado pelas empresas do setor com a privatização de oito delas já alcança 420 milhões de dólares. Manifestou sua preocupação de que a Odebrecht venha a monopolizar o setor e acrescentou que "não existe grande companhia de petróleo no mundo que não expanda seus negócios na petroquímica e na química". Já o vice-presidente da Comissão Nacional de Desestatização, João Agripino Maia, que esteve presente à sessão da CPI, disse que "o governo de Itamar Franco está cometendo um erro ao assumir para si o programa de privatização de Collor." Quanto às privatizações no setor petroquímico, Maia alertou: "o modelo foi criado para enfraquecer a Petrobrás, para depois vendê-la".

19/5. quinta

■ Esteve no Brasil durante cinco dias, o ex-presidente dos Estados Unidos, George Bush, acompanhado de seu filho que será candidato a governador num dos estados americanos. Bush amealhou 100 mil dólares para proferir duas palestras. De concreto ficou acertada a assessoria de Egberto Batista para a campanha do filho.

♣ Como se recorda, Egberto Batista foi quem bolou a "operação Mirian Cordeiro" na eleição presidencial de 89. Mais tarde, como Secretário do Desenvolvimento Regional de Collor, esteve envolvido nas falcaturas na Zona Franca de Manaus.

1º/6. terça

■ Anunciado pelo prefeito

paulistano Paulo Maluf mais um aumento na tarifa dos ônibus urbanos, que passará a custar 17 mil cruzeiros a partir de 5 de junho, o que representa um reajuste de 30,7%. O reajuste acumulado na gestão de Maluf é de 486,2% ao passo que a inflação do período ficou em 260,7%, conforme o Dieese.

1º/6. terça

■ Um ano da instalação da CPI do caso PC. A lentidão do processo por crime comum contra o ex-presidente Collor no STF foi alvo de críticas em Brasília. Em ato realizado no Senado Federal, os ex-integrantes da Comissão protestaram contra a demora do STF em julgar o processo contra Collor. O senador Humberto Lucena disse esperar "que o Supremo mantenha a decisão do Senado que cassou os direitos políticos de Collor e o julgue logo."

Novo estímulo ao debate de idéias

Aqui estamos nós de cara nova. Neste novo projeto procuramos incorporar as sugestões e levar em conta as críticas feitas no último ano de circulação do jornal. Do ponto de vista editorial continuaremos no esforço de uma marca analítica das matérias, de polêmica com as idéias que contrariam os interesses dos trabalhadores, de denúncia das mazelas do capitalismo. Daremos mais atenção à formação da consciência socialista, ao fortalecimento da ideologia do proletariado, à divulgação da ação do PCdoB e de fundamentos básicos do marxismo-leninismo.

Tomamos cada vez mais consciência de que somente avançando no sentido de subsidiar de fato a ação dos dirigentes e militantes, amigos e defensores do progresso, da democracia e do socialismo é que a Classe Operária se tornará uma necessidade política fundamental. Do nosso ponto de vista, a melhoria do visual gráfico reforça esse conteúdo e é um estímulo a mais para leitura, debate e divulgação das idéias contidas no órgão central do PCdoB.

Esperamos que o novo projeto do jornal seja recebido com entusiasmo e multiplique a disposição de divulgá-lo, criando uma ampla rede de assinantes, formando uma extensa corrente de opinião pelo socialismo. E que esse entusiasmo tenha seus reflexos na responsabilidade de cumprir com os compromissos financeiros com o jornal. A sustentação financeira é decisiva para que o processo de aprimoramento tenha seu curso.

Não temos dúvida de que o fortalecimento do papel do órgão central do PCdoB depende da equipe de redação e administração. Mas a espinha dorsal da existência do jornal é fundamentalmente o envolvimento e participação efetiva dos dirigentes e militantes do partido. Seja enviando matérias, informações, sugestões e críticas para a redação; seja se empenhando em sua divulgação em todos os recantos do país.

Vamos trabalhar juntos para divulgar as idéias do socialismo e de um futuro melhor para nosso povo!

Ana Maria Rocha

Editora

Egoísmo regional

Antes de dizermos que o "egoísmo regional" está surgindo nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através do Movimento Separatista, é necessário analisar os interesses que se escondem por trás dos argumentos dos separatistas, que, aliás, vão muito além desses grupos que estão se reunindo. O imperialismo não brinca em serviço e joga com o sentimento do povo de amor pela terra e inclusive de amor pelo trabalho para satisfazer seus interesses.

É aquela história do "tiro no coração, efeito na cabeça". Mas há um sentimento que se sobrepõe ao chamado "egoísmo regional". É o sentimento de "pátria", de "nacionalismo". E o povo ama seu país. Não vai querer vê-lo em pedaços. Cabe despertar esse sentimento, mostrando que do Oiapoque ao Chuí quão lindo é o torrão brasileiro.

Sônia Corrêa

Porto Alegre - RS

Ambição por lucro

"A ambição humana é de sua natureza ilimitada, e quando mais satisfeita mais insaciável se torna." Estas palavras foram extraídas de documento enviado pelas associações de banqueiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais ao Congresso Nacional, opondo-se à criação do salário mínimo para os bancários. Em 13 de junho de 1935.

58 anos depois constatamos que os banqueiros e os grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros continuam com sua política de escravizar a classe trabalhadora. Quase seis décadas depois, temos uma política social dos banqueiros, baixos salários, altos índices de desemprego, pressão psicológica e péssimo atendimento à população. Ou seja, quanto mais recessão, miséria e desemprego, mais o banqueiro se enriquece no Brasil.

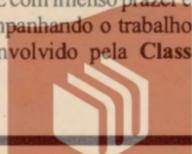
O socialismo preconiza lutarmos para que os direitos fundamentais do cidadão sejam respeitados. Por isso não podemos ceder às pressões das elites.

Paulo F. de Assis Filho

Cotia - SP

Aniversário

É com imenso prazer e expectativa que venho acompanhando o trabalho jornalístico e político desenvolvido pela Classe. Sem dúvida, uma



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Cartas para esta seção devem ser enviadas datilografadas ou em letra de forma com no máximo quinze linhas. A redação publicará as cartas no todo ou em parte. Rua Adoniran Barbosa, 53 - CEP 01318-020 - Bela Vista - São Paulo-SP

excelente bússola para melhor compreendermos a atual conjuntura política nacional e internacional e orientarmos o barco em que navegamos nestes dias de tormenta. Parabéns a toda equipe pelo 68º aniversário do jornal e longa vida.

Aloísio Morais Martins
Presidente do Sindicato dos
Jornalistas de Minas Gerais

Morreu Oliveira

Faleceu dia 20 de maio, em Ermelino Matarazzo, Zona Leste da Capital paulista, o camarada José Carlos, o Oliveira das grandes lutas sindicais e populares das décadas de 60 e 70. José Carlos, nas reuniões, proclamava com firmeza: "o socialismo vive". Deixou viúva dona Guiomar, cinco filhos e dez netos, entre eles Vladimir Juri Gagar (como escreveu...) de Oliveira.

José Carlos. Profissão: soldador; paixão: política, sindicato, movimento popular, partido, greves... Foi preso algumas vezes. As palavras não traduzem quem foi esse comunista. Ele participou de diversas atividades do PCdoB: eleição de Ana Martins, debates, em que defendia a importância do partido. Nos últimos dias ele me falou: "Felix, não sabia que o PCdoB estava com todo esse trabalho." Oliveira, a luta continua.

José Felix
São Paulo - SP

Testemunhas

Não é de hoje que sabemos sobre o apoio da burguesia norte-americana às seitas religiosas visando a alienação das massas latino-americanas. Uma dessas seitas me despertou atenção quando duas Testemunhas de Jeová, em visita a minha casa, me mostraram a revista *A Sentinela*, datada de 1º de janeiro deste ano. No Relatório Mundial das Testemunhas de Jeová do Ano de Serviço de 1992 há dados sobre a atuação da seita em todos os países onde ela existe.

As Testemunhas são mais atuantes nos países em que o imperialismo também o é. No Brasil há 436 habitantes para cada revista editada. Na Argentina, esse número é de 335; no Chile é de 330; no México é de 239. Em países fora do campo norte-americano, a seita não existe: Cuba, Vietnã, Coréia do Norte, China. A Albânia é o país onde a seita se tornou mais ativa, tendo um crescimento de 1.100% em relação a 1991.

Marcos Rogério Mota
Jales - SP

CRÔNICA DE Brasília

Nuvem de silêncio

Jefferson Barros

"A CPI do Collor apenas apontou a ponta do iceberg da corrupção; o grosso vai aflorar com a das Privatizações." A declaração é de fonte autorizada e experiente, o senador Amir Lando (PMDB-RO). Afinal, ele ficou conhecido em todo o país por ter sido o relator da CPI do PC-Collor, que levou ao impeachment. Agora, reprisa seu papel com a mesma desenvoltura e, espera-se, bons resultados. É o relator da CPI das privatizações. Aquela declaração, Amir Lando deu em entrevista à Rádio Gaúcha de Porto Alegre. Na ocasião, aproveitou para denunciar a conspiração de silêncio da grande imprensa (elogiou a Gaúcha por ser um dos únicos meios de comunicação do país a destacar os trabalhos da CPI) contra as investigações que a Comissão está realizando.

Defato há uma suspeita nuvem de silêncio sobre os trabalhos da CPI. Pior, espaço editorial há, pois o assunto é polêmico e vende jornal. No entanto, este espaço para o assunto privatizações privilegia outras fontes de informações e dá outros enfoques ao assunto. O que comprova que o silêncio sobre a CPI não decorre de técnica jornalística, como seria o caso se o assunto não fosse e não gerasse notícia; mas decorre de distorcida opção política dos meios de comunicação comerciais. Só um exemplo para confirmar a nuvem de silêncio denunciada pelo senador Amir Lando:

No dia 26 de maio depôs na CPI o presidente da Petroquisa, Roberto Villa. Foi um importantíssimo depoimento, no qual Villa demonstrou que com a criação da Petroquisa em 1.967, o setor petroquímico brasileiro se democratizou, ampliando a participação de pequenas

empresas privadas nacionais num setor altamente oligopolizado e cartelizado pelas corporações multinacionais. (Afinal, um dos argumentos trombeteados pelos defensores das privatizações não é a redução dos monopólios e a democratização da economia?) O depoimento de Roberto Villa apresentou mais detalhes e informações sobre o setor petroquímico, muitos deles que dariam leads (primeiro parágrafo e o mais importante das matérias jornalísticas do qual, geralmente, sai o título).

Os jornais do dia 27 noticiaram o quê? Uma declaração do economista André Franco Montoro Filho, presidente da comissão de desestatização, acusando funcionários e executivos das empresas estatais de estarem "sabotando" o programa de privatizações e citando, nominalmente, o presidente da Petroquisa, Roberto Villa. Sem dúvida, estava mais do que explícita a ameaça contra um executivo de uma estatal que "ousara" depor honestamente na CPI, cumprindo uma obrigação constitucional já que fora convocado e a convocação tem força jurídica. O deputado Edson Silva (PCdoB-RS), membro da CPI, protestou contra a ameaça "exorbitante e arbitrária" de Montoro Filho. Nada foi publicado. Pior. Nada foi publicado do próprio protesto do relator, Amir Lando.

Mais ainda: ameaçado de demissão, pelo fato de cumprir com suas obrigações legais, Roberto Villa teve solidariedade de importantes parlamentares membros da CPI que levaram o assunto ao ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero. A movimentação em favor de Roberto Villa, até junto ao ministro, é o típico assunto das colunas bem informadas. No entanto, nos jornais seguintes nem uma linha. Apesar da nuvem de silêncio a CPI avança; e fica a sugestão de pauta para a grande imprensa: privatizações vendem jornais até porque, como diz relatório da ONU, é fonte de um mar de corrupções capaz de encobrir qualquer iceberg por maior que seja, como o é o do PC Farias-Fernando Collor.

Unanimidade suspeita

Nelson Rodrigues escreveu que "toda a unanimidade é burra". Há casos em que, a unanimidade é suspeita. Em votação no dia 25 de maio, a Comissão de Defesa Nacional da Câmara chegou a uma quase unanimidade suspeita: aprovou por 17 votos contra um e uma abstenção, a criação da Agência Espacial Brasileira. Uma espécie de Nasa verde-amarela. Até aí, boa notícia. Mas a AEB assumirá a coordenação das atividades do Centro Tecnológico Espacial, até agora sob controle da Aeronáutica, e do INPE, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Mais: substituirá a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae), ligada ao

Estado Maior das Forças Armadas. Anova agência ficará diretamente ligada à Presidência da República. Ai tem! Por que tirar do EMFA uma atividade tão vital para a segurança nacional? Sobre tudo, por que tomar esta decisão quando há uma movimentação lobística para privatizar a Embraer, uma empresa brasileira com um acervo tecnológico de 50 anos na área aeronáutica e da indústria espacial. Por que transferir a agência espacial diretamente para a Presidência, onde as pressões lobísticas privatizantes e desnacionalizantes são mais fortes e ameaçadoras? Enfim o assunto ainda está nas comissões. Fica o alerta.

Esse filme o povo já viu

Dilermando Toni

"Saudei com esperança a ascensão à pasta da Fazenda do social-democrata Fernando Henrique Cardoso. Sua grande influência sobre o presidente Itamar fará com que este se abstenha de pronunciamentos econômicos que assustam as bolsas; tem boa projeção internacional; tem bom trânsito no legislativo... Fernando Henrique terá êxito na medida de sua capacidade de arrependimento de posições passadas." Pouca gente teria capacidade de síntese para expressar tão bem o sentimento das elites com a nomeação de FHC, como o autor destas palavras: o atual deputado pelo PDS e ex-ministro da ditadura Roberto Campos. A saudação de Campos soou como um arremate de uma série de declarações favoráveis de banqueiro, da Fiesp, da grande imprensa e da "comunidade financeira internacional".

Não é tão recente a conversão de Fernando Henrique Cardoso aos postulados do neoliberalismo. Agora, ministro da área mais sensível do governo, investido de grandes poderes, não faz mais que reafirmá-los. Os objetivos com os quais FHC pretende "salvar" o Brasil são três: combater a inflação, acelerar as privatizações e normalizar a dívida externa. Após uma fase de declaração de intenções tenta agora passar à prática. É aí que a coisa se complica.

Para combater a inflação, FHC não quer nenhuma medida heterodoxa, nenhum choque. Trilha pela receita tradicional do FMI: cortes nos investimentos públicos para diminuir o déficit, hoje na cada dos 10 bilhões de dólares. Significa cortar do Orçamento itens que nem de longe tocam no problema das dívidas interna e externa, que são as maiores causadoras da inflação e do déficit. FHC argumenta que não pode pôr para funcionar a maquininha de fazer dinheiro para cobrir o déficit público mas agiliza a emissão de títulos do governo, altamente remunerados, a fim de pagar as dívidas dos banqueiros. É óbvio que dessa forma não se combate a inflação. Dentro deste esquema só se consegue reduzir as taxas de aumento dos preços com uma compressão brutal dos salários tal como feito no México ou no Chile. É exatamente por isso que o todopoderoso ministro se diz disposto a não permitir o reajuste mensal dos salários. E desenterra a tese de "um amplo pacto para uma cruzada nacional contra a inflação".

EUA ameaçam retaliar o Brasil

No último dia 28 de Maio, uma sexta-feira, o governo dos Estados Unidos decidiu investigar "práticas brasileiras no campo dos direitos da propriedade intelectual, sob a alegação de que o país não tem leis adequadas sobre patentes e direitos autorais e não combate com eficiência a pirataria nessas e noutras áreas". Como consequência das investigações norte-americanas poderão advir retaliações ao comércio exterior do Brasil com os EUA na forma de taxações extras de produtos brasileiros. Esta é a sexta vez que os EUA fazem investigações sobre o Brasil nos últimos anos. Acontece que a atual reveste-se de uma particularidade importante. O Congresso Nacional estava às vésperas de votar as pendências da lei de patentes, como adiado por acontecer na quarta-feira, 2 de junho. O terrorismo das retaliações sempre foi um argumento de peso daqueles que se colocam a

serviço do imperialismo. No fundamental manteve-se o texto aprovado no dia 6 de maio que, em sua maior parte, prejudica os interesses nacionais.

Mesmo assim as corporações norte-americanas não ficaram satisfeitas. Agora o projeto segue para o Senado e depois volta à Câmara. E as pressões continuam.

Mas o que estaria levando os EUA a aumentar a pressão e, mais que isso, a ingerência direta nos assuntos internos brasileiros? A batalha das patentes é estratégica, diz respeito à tecnologia de ponta e à biotecnologia. Controlar esses setores é fundamental para a sobrevivência numa situação de crise econômica que faz com que os EUA recrudescem a guerra comercial em várias frentes. Os brasileiros defensores de uma pátria livre e soberana repudiam mais essa ingerência odiosa nos assuntos internos de nosso país.

Quanto às privatizações, FHC e Itamar Franco, desconhecem totalmente as alertas e lutas que vários segmentos de nossa sociedade vêm fazendo em defesa da soberania nacional e do patrimônio público brasileiros. O balanço do atual processo de privatizações indica que elas, longe de resolver qualquer problema financeiro, têm, ao contrário, dado prejuízo ao Estado. E mais, está eivado de irregularidades. Até mesmo um recente relatório das Nações Unidas, analisando a experiência de vários países, chama a atenção para os sete pecados capitais das privatizações.

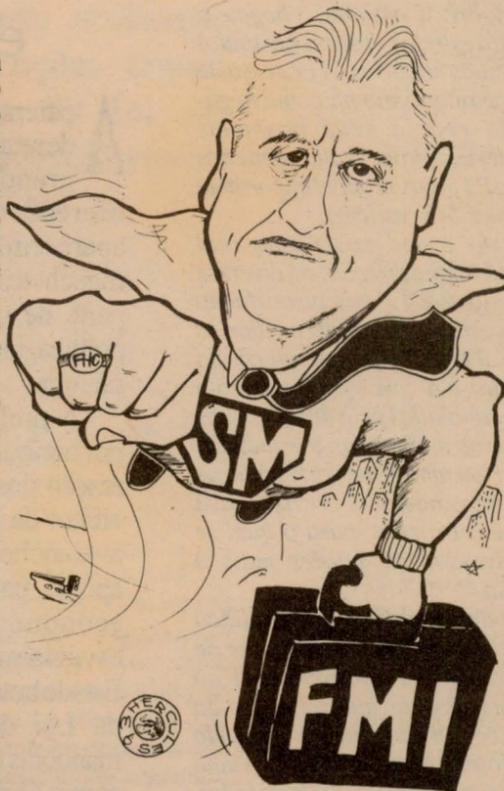
Desde os primeiros momentos como ministro da Fazenda, FHC

declarou que iria continuar pagando a dívida externa. Manteve no cargo o atual negociador, Pedro Malan e reafirmou os termos do acordo da época de Collor de Mello. Acontece que a grande maioria dos bancos credores tem optado pelos *bônus ao par* na negociação. Isso tomará mais pesada a carga em cima do Brasil. Afinal cabe perguntar: em que esse conjunto de medidas se distingue da que adotou Collor de Mello? Seria possível alimentar alguma esperança de melhores dias para o povo brasileiro com tal orientação?

O fato é que a ascensão de FHC ao Ministério da Fazenda não pode ser olhada como simplesmente mais uma das muitas trocas de ministros que têm ocorrido. É uma aproximação em novo patamar às imposições neoliberais. Com isso, o governo de Itamar Franco assume um perfil mais definido de lato das elites e muda mesmo a forma de fazer política. Compromete-se mais com os grandes partidos e entre eles divide os ministérios, de acordo com o número de parlamentares de cada um.

É por aí que se explica a saída de Luiza Erundina do governo ou a situação difícil em que se encontra o ministro da saúde Jamil Haddad. Aliás, Jamil tem tido uma postura de luta contra os grandes laboratórios farmacêuticos que manipulam escandalosamente os preços dos remédios e, por isso, sua atuação e permanência à frente do Ministério têm sido apoiada pelas forças progressistas, dentro e fora do Congresso Nacional.

As pendências na reforma ministerial que deveria estar concluída na quarta-feira, 2 de junho, se transformaram num problema político menor diante das decisões e do rumo que o governo já tomou... as elites vão se acertando para chegar sem traumas a 94.



Ameaça à liberdade partidária

▼ Substitutivo do senador Fogaça que ameaça a liberdade de organização partidária entra em discussão no Senado

Moacyr de Oliveira Filho
de Brasília

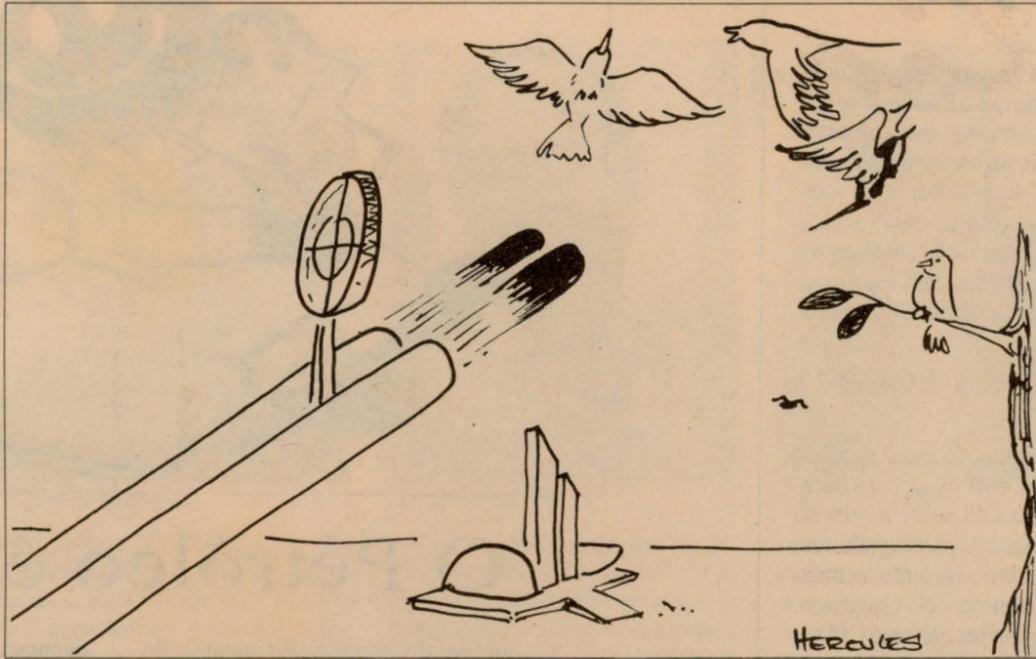
A grave ameaça sobre a liberdade de organização partidária no Brasil, que se imaginava afastada com a aprovação pela Câmara dos Deputados, em dezembro passado, de um texto para a lei orgânica dos partidos políticos, fruto de um demorado acordo entre os líderes de todos os partidos, voltou agora com mais força ainda, quando da discussão da matéria pelo Senado Federal.

Isso porque, no último dia 25 de maio, o senador José Fogaça, ao apresentar o seu segundo substitutivo sobre a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, reintroduziu no texto a absurda e draconiana "cláusula de barreira", para vigorar já nas eleições do ano que vem, segundo a qual apenas os partidos que obtiverem 5% dos votos válidos em todo o país terão direito a funcionamento parlamentar e, mais grave ainda, poderão empregar os parlamentares que elegerem. Isso significa que, caso um partido consiga eleger vários deputados em diferentes Estados, mas não obtenha esse percentual mínimo de votos, esses parlamentares terão os seus mandatos cassados.

Essa brusca mudança no texto do segundo substitutivo do senador José Fogaça revoltou e preocupou os líderes partidários, uma vez que no primeiro substitutivo Fogaça previa o funcionamento da "cláusula de barreira" apenas para as eleições de 1998, já assim desrespeitando o texto acordado pela Câmara dos Deputados.

Diante da retomada dessa grave ameaça à liberdade de organização partidária, lideranças de diferentes partidos começaram a se mobilizar, desde a semana passada, para evitar que esse golpe se efetive. O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, acompanhado da bancada comunista, esteve em Brasília, na semana passada, mantendo uma série de contatos políticos com senadores de diferentes legendas, buscando apoio para a manutenção do texto aprovado pela Câmara, fruto de um amplo acordo entre todas as lideranças partidárias.

Segundo esse acordo, a "cláusula de barreira" de 5% dos votos válidos só entraria em vigor na segunda eleição geral após o pleito do ano que vem, ou seja, na eleição de 2002. Até lá, os partidos que, desde a sua fundação, tenham elegido representantes em no mínimo cinco Estados e obtido 1% dos votos válidos apurados, excluindo-se os votos nulos e brancos, em duas eleições consecutivas, teriam assegurado o seu pleno funcionamento parlamentar. O acordo previa, ainda, que os parlamentares eleitos por partidos que não preenchessem essas condições teriam seus mandatos assegurados.



Em relação à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, o acordo da Câmara garantia que os partidos que satisfizessem a cláusula dos 5% teriam direito a programas de uma hora por semestre e os que não atingissem esse percentual teriam direito a programas de 30 minutos por semestre. Em relação ao Fundo Partidário, o acordo da Câmara previa uma distribuição na proporção de 70% para os partidos que obtivessem os 5% dos votos, 29% para os partidos que obtivessem entre 1% a 5% e de 1% para os partidos que não atingissem 1% dos votos, mas estivessem registrados no TSE.

Embora limitado, esse acordo, fruto de uma ampla e custosa negociação política, foi resultado da correlação de forças verificada naquela oportunidade. Como explicou o deputado Haroldo Lima, em carta recentemente endereçada ao senador José Fogaça: "Aceitamos o acordo por não termos forças para outra solução e por considerarmos que a transição até o ano 2002 daria tempo para nova situação surgir. Entretanto, jamais deixamos de declarar que a cláusula de barreira de 5% era altamente discricionária, atingia as minorias ideológicas e era cópia grotesca da legislação alemã, única no mundo, ao que consta, onde prevalece a cláusula dos 5%! Nunca deixamos de dizer, também, que no Brasil essa cláusula é herdeira direta dos piores momentos legisferantes da ditadura militar de 64, que fez constar da sua carta outorgada de 67 o índice de 10% como estúpida cláusula de barreira, reduzindo-o depois por considerá-lo absurdo, para 5%, na carta outorgada de 69, que é a Constituição do famigerado AI-5", afirma o deputado baiano.

Na terça-feira da semana passada, dia 1º de junho, o senador José Fogaça reuniu-se com representantes e líderes de diversos partidos, entre eles os deputados Miguel Arraes, do PSB, Sérgio Arouca, do PPS, Haroldo Lima, do PCdoB e Sidney de Miguel, do PV, além de representantes do PL, do PC e do PSTU, para discutir a polêmica questão. Nessa reunião ficou acertado que o substitutivo seria aprovado como está pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, apenas para limpar a pauta e que, nessa própria reunião o senador Fogaça assumiria publicamente o compromisso de rediscutir a questão com o Colégio de Líderes tanto

do Senado como da Câmara para se buscar uma solução negociada.

O senador José Fogaça, que ocupa atualmente a presidência do PMDB, não escondeu dos líderes dos chamados pequenos partidos que está sofrendo fortes pressões no Senado Federal para manter o texto do seu segundo substitutivo, rompendo o acordo feito na Câmara que, segundo ele, sofre grande resistência entre os senadores. Essas pressões partem, principalmente, dos setores mais conservadores do PMDB e do PFL, além de empresários e outros representantes das elites políticas e econômicas do país que pretendem, com essa reforma partidária, golpear a liberdade de organização dos partidos políticos, consagrada pelo texto constitucional, com o objetivo explícito de controlar ainda mais a composição do Congresso Nacional, dificultando e impedindo a eleição de representantes dos setores populares, democráticos e progressistas. O pior é que essa cantilena antidemocrática e autoritária acaba fazendo eco entre setores aparentemente progressistas, como o PSDB e até mesmo o PT, com alguns parlamentares desses partidos defendendo essas mesmas fórmulas draconianas.

Apesar disso, alguns senadores já manifestaram sua disposição de lutar contra esse texto, como, por

exemplo, o ex-presidente do Senado, Mauro Benevides, que afirmou, recentemente: "Não queremos a pecha de garroteadores da liberdade", ou do senador Cid Sabóia de Carvalho que declarou: "O Legislativo não pode fazer hoje pacificamente o que a ditadura fez pela força".

Para o deputado Haroldo Lima, embora tenha surgido, na reunião da última terça-feira com o senador José Fogaça, uma perspectiva de solução negociada, a ameaça sobre os pequenos partidos ainda é grave, forte e concreta. "Diante disso - sugere o deputado - é preciso criar um forte movimento de opinião contrário à adoção da cláusula de barreira dos 5% nos termos em que ela está colocada no segundo substitutivo do senador José Fogaça. Nesse sentido, recomendo que entidades sindicais, populares, estudantis e todos os democratas enviem cartas e telegramas ao senador José Fogaça, ao presidente do Senado, Humberto Lucena, aos líderes partidários e a todos os senadores protestando contra essa absurda imposição antidemocrática e solicitando a manutenção do texto do acordo aprovado pela Câmara. Caso isso não ocorra, a liberdade de organização partidária estará seriamente ameaçada e partidos, como o PCdoB, poderão, na prática, deixar de existir".

Movimento S.O.S. Democracia

Os Partidos e Entidades signatários deste, repudiam qualquer ação que viole a Constituição Brasileira, garantidora da livre criação e funcionamento dos Partidos Políticos. Integrantes do movimento S.O.S. Democracia consideram que o julgamento de partidos e candidaturas é prerrogativa popular através de eleições livres.

Repudiam o cerceamento à representação dos Partidos no Congresso Nacional, previsto através do substitutivo do senador Fogaça, a pretexto de se acabar com as "legendas de aluguel", argumento subjetivo, que remeteria obrigatoriamente ao questionamento dos próprios grandes partidos.

Consideram que o aprimoramento das nossas instituições políticas será fruto da elevação da consciência da cidadania, e não do fechamento do Congresso em torno de algumas siglas, as quais procuram esconder da população o próprio fracasso, criando a falsa idéia de que a presença dos partidos menores é um empecilho à democracia.

Entendem que a aprovação do substitutivo Fogaça ou qualquer outra Lei terá efeitos danosos ao próprio regime democrático, ao institucionalizar uma meia-democracia, num flagrante exercício de inversão da lógica.

Conclamam todos os democratas a repudiar essas ações casuísticas que, acreditávamos, já faziam parte de um passado que julgávamos enterrado. Reafirmam o princípio da liberdade política como fundadora da democracia.

Não há democracia sem a livre organização partidária.

Porto Alegre, 19 de maio de 1993.
PSB - PT - PCdoB - PCB - PPS - PL

Amazonas visita Brizola

A convite do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, João Amazonas, presidente nacional do PC do B, acompanhado do deputado Haroldo Lima e do presidente do partido no Rio, Edmilson Valentim, estiveram na residência do governador, onde participaram de uma longa conversa sobre a situação nacional. Também estavam presentes o presidente do PDT, Neiva Moreira e o deputado Vivaldo Barbosa.

Houve uma constatação comum de que as privatizações são nocivas ao país e de que é necessário resistir, pois o Brasil está sofrendo ataques aos seus mais caros interesses. Exemplo disso é o caso da CSN e da Lei das Patentes, considerada contrária à Constituição e à democracia, por isso mesmo alvo do repúdio dos patriotas.

Quanto à sucessão presidencial de 94, Brizola afirmou que é candidato e que está disposto a realizar uma coligação de esquerda para enfrentar a campanha eleitoral. Por sua vez, Amazonas afirmou que a candidatura de Brizola terá repercussão aditiva mas ainda é cedo para tratar ou acordar sobre a sucessão de 94. Amazonas ressaltou que o que ganha prioridade no momento é a união dos mais amplos setores em defesa da democracia e da nação ameaçada.

Ao final da reunião, constatou-se a necessidade de outras conversações sobre o desenrolar da complexa situação política.

Pobreza cresce...

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) divulgou relatório no qual se constata um crescimento acentuado da pobreza na América Latina: de um total de 427 milhões de habitantes, 196 milhões vivem na pobreza.

E o pior é que o Brasil se destaca entre os demais: em 1990, 69,8 milhões de brasileiros viviam na linha de pobreza, dos quais 34,8 milhões foram classificados como indigentes. A Cepal, que é um órgão da ONU, considera na linha de pobreza as pessoas que têm rendimento anual variando entre US\$ 300 (12 milhões) e US\$ 700 (28 milhões). Os que estão abaixo dessa faixa são considerados indigentes.

Distribuição desigual

Divulgado em Paris o Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano da ONU. Entre os cerca de 160 países analisados, o Brasil figura em 74º lugar levando-se em conta indicadores econômicos e sociais (PIB per capita, educação, saúde, distribuição de renda, etc.)

"O Brasil, onde os 20% mais ricos dispõem de uma renda 26 vezes maior que a dos 20% mais pobres, tem uma das distribuições mais desiguais do mundo." diz o relatório. Além disso, o país é também apontado como tendo uma das maiores concentrações de propriedades agrícolas, superado apenas pelo Paraguai.

DM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Nacional

BANCADA
Comunista

Trabalhadores

O deputado federal Edson Silva, PCdoB-RS, apresentou três projetos de lei benéficos aos trabalhadores. Um deles propõe o pagamento de adiantamentos quinzenais de salários em empresas com mais de dez empregados. Outro sugere o pagamento de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, em valor não inferior a 30 dias.

O terceiro assegura aos integrantes de Cipas ou dirigentes sindicais acompanhar os fiscais do trabalho na inspeção das condições de trabalho.

Laboratórios

A deputada federal Jandira Feghali encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores pedido de informação sobre denúncia de que laboratórios norte-americanos estão comercializando no Brasil medicamentos proibidos nos Estados Unidos.

Dois parlamentares americanos disseram que parte dos remédios distribuídos no Brasil não fornece orientação segura para o uso, ocasionando risco de vida aos pacientes.

Embraer

A Câmara Municipal de São José dos Campos-SP aprovou moção do vereador João Bosco, PCdoB, que apela ao Congresso Nacional para que exclua a Embraer do Programa Nacional de Desestatização, conforme projeto de lei do deputado Ernesto Gradela.

CPI da moradia

A vereadora Liza Prado, PCdoB de Uberlândia-MG, pede instalação de uma CPI para apurar irregularidades na empresa municipal de construção popular. O pedido tem apoio de sindicatos, partidos e entidades do município.

Medicamento

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou projeto de lei

da deputada Jussara Cony, PCdoB, determinando que o Estado deve fornecer gratuitamente medicamentos excepcionais para pessoas carentes. Exceto o PT, todas as bancadas votaram a favor, com destaque para o apoio do deputado João Luiz Vargas, líder do governo estadual, e do deputado Achylles Braghirolli, do PMDB.

CPI da seca

O deputado federal Renildo Calheiros, PCdoB-PE, apóia a instalação de uma CPI sobre a seca no Nordeste, mas está preocupado com a possibilidade de o assunto ser tratado superficialmente pelo Congresso. Renildo argumenta que uma CPI sobre o assunto deve ir fundo não só nos casos mais evidentes de malversação do dinheiro público, mas também em relação a outras causas que explicam o empobrecimento da região.

Racismo

O deputado estadual paulista Jamil Murad, PCdoB, pediu à Polícia Federal em São Paulo e à Secretaria de Segurança Pública do Estado investigação sobre ameaças sofridas pelo Geledés-Instituto da Mulher Negra. Chegou à sede do Instituto um folheto apócrifo intitulado "Aberta Temporada de Caça às Galinhas de Angola", que se refere aos negros como "...pedaços de carne podre..." Jamil lembra que a prática de racismo é crime inafiançável e pede punição exemplar aos responsáveis pelo ato.

Lei dos partidos

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará aprovou requerimento do deputado Inácio Arruda, PCdoB, que pede a aprovação de uma Lei Orgânica dos Partidos democrática e que garanta a livre organização partidária, conforme assegura a Constituição Federal.

Inácio não aceita a proposta de lei em debate no Congresso Nacional que restringe a representação partidária a poucas grandes agremiações.



O Petróleo é Nosso

A quebra do monopólio estatal do petróleo, que em 1993 completa 40 anos, por várias vezes foi tentada pelos setores entreguistas, mas sempre encontrou resistência no enorme respaldo popular que tem a Petrobrás, como executora desse monopólio, e na luta dos setores popular e sindical junto ao Congresso Nacional. Foram derrotados na Constituinte, em 1988, e no Emendão proposto por Collor.

No governo de Collor intensificaram-se os ataques ao sistema Petrobrás e ao monopólio, com a privatização de subsidiárias do braço petroquímico da Companhia, a demissão de quase dois mil funcionários, o corte de metade do orçamento, obrigando a Petrobrás a paralisar seu crescimento e a abandonar o projeto de auto-suficiência em petróleo prevista para 1992.

Durante a revisão constitucional, os entreguistas a serviço do capital internacional têm mais uma chance para tentar derrotar o povo brasileiro, acabando com o monopólio estatal do petróleo. Desta vez usam como trunfo a renovação do Congresso Nacional, hoje com perfil neoliberal. Paralelamente tentam desgastar a imagem da Petrobrás perante a sociedade, usando o pseudo-argumento de que sem o monopólio a Companhia seria mais competitiva e produtiva. Ora, a Petrobrás é detentora da mais alta tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, motivo pelo qual ganhou o prêmio mais cobiçado da indústria mundial de petróleo, em maio do ano passado.

No Brasil, a Petrobrás é o estio do pilar energético. A sua existência não é um fato pacífico e aceito pelas grandes nações, que se beneficiam do potencial de riquezas da América Latina. Essas nações articulam-se permanentemente na tentativa de impedir o êxito da Petrobrás e, por consequência,

quebrar o monopólio estatal do petróleo.

A Petrobrás está entre as 12 maiores empresas de petróleo do mundo, sendo a maior do Hemisfério Sul, responsável diretamente por 3% do PIB brasileiro e pela produção de 60% do petróleo consumido no país. Estes são alguns dados do extenso perfil de uma empresa vencedora, como é a Petrobrás.

Hoje, o grande desafio enfrentado por aqueles que defendem o monopólio e a Petrobrás é vencer a desinformação que predomina na sociedade quanto à importância do monopólio e à grandeza da Petrobrás no contexto da economia nacional. Os grandes meios de comunicação, interlocutores dos interesses do imperialismo, sonégam, omitem, distorcem, deturpam e mentem quando o assunto é monopólio estatal.

Com a proposta de fornecer à sociedade os elementos necessários a essas contra-informações, o Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte elaborou um projeto intitulado "O Petróleo é Nosso", parte integrante de uma campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo do sistema Petrobrás.

O projeto envolve a mídia, prevê a realização de um ciclo de debates e uma exposição nas principais cidades do Estado. Além da participação direta da categoria petroleira, o projeto conta com o apoio do Comando Nacional dos Petroleiros, da CUT, de órgãos governamentais, de entidades populares e sindicais, da universidade e será lançado, oficialmente, no dia 15 de junho, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte.

O ponto alto do projeto será a realização de um gigantesco Ato Público suprapartidário, em Natal, dia 3 de outubro, quando a Petrobrás completará 40 anos.

Comando militar

Deputado estadual Eron Bezerra, PCdoB, requereu à Assembléia Legislativa do Amazonas a convocação do comandante militar da Amazônia para uma sessão especial em que se discutirá: Forças Armadas no contexto da Nova Ordem Mundial e a Amazônia como parte integrante da soberania nacional. Eron lembra que recentemente o ex-secretário de Defesa americano, Dick Cheney, sugeriu que os países do terceiro mundo dissolvessem seus exércitos e fossem protegidos de agressões estrangeiras por uma "Força de Paz" da ONU. Ou seja, é a raposa tomando conta do galinheiro. Eron argumenta que o "que se passa no mundo hoje é apenas uma tentativa das potências im-



Eron Bezerra

perialistas, capitaneadas pelos Estados Unidos, de aprofundar a exploração dos países em desenvolvimento". Diante dessa ameaça à soberania nacional, os defensores da nação não podem ficar passivos, conforme palavras de Eron, que acrescenta ser necessário reagir a esse projeto.

Ciclo de Debates

Será realizado um debate por semana, no auditório da ETRFN, nas quintas-feiras, das 19 às 21h. O debate terá a seguinte sistemática: após apresentação do projeto o conferencista fará exposição sobre o assunto de seu tema e em seguida se procederá o debate.

Temas para debate:

a) A Petrobrás no RN - 01/07/93 (auditório da ETRFN)

Conferencista Profª Eleonora (UFRN) - A contribuição da Petrobrás na geração de empregos para o RN e projeção.

b) Uma Petrobrás e a soberania nacional - 08/07/93 (auditório da ETRFN)

Conf. Deputado da Frente Parlamentar Nacionalista - A importância da Petrobrás na definição da soberania brasileira.

c) A Petrobrás e a questão energética - 15/07/93 (auditório da ETRFN)

Conf. Prof. Baúta Vidal (UNB) - A Petrobrás como responsável pelo setor energético do país.

d) Comercialização do petróleo - 22/07/93 (sala de projeção da ETRFN)

Conf. Conrado (AEPET) - Como se processa o comércio externo de petróleo e como se dá a conta petróleo e a conta álcool.

e) O petróleo no mundo - 29/07/93 (auditório da ETRFN)

Conf. Hênio Barreto (Sindipetro -RJ) - Realidade das reservas de petróleo no Brasil e no mundo.

f) Petrobrás, uma conquista - 02/08/93 (auditório da ETRFN)

Conf. Euzébio Rocha (SP) - Ajuda pela criação da Petrobrás e pela manutenção do monopólio estatal do petróleo.

g) A tendência da indústria de petróleo no mundo - 12/08/93 (sala de projeção da ETRFN)

Conf. Diomedes Cesário (AEPET) - Os ramos naturais das indústrias de petróleo no mundo.

h) Uma proposta alternativa para a Petrobrás - 19/08/93 (sala da projeção da ETRFN)

Conf. Um representante do Comando e da AEPET - A proposta de administração desenvolvida pela AEPET e pelo movimento sindical para Petrobrás.

i) O petróleo e a política no Brasil e no mundo - 26/08/93 (auditório da ETRFN)

Conf. Representantes dos partidos democráticos progressistas - Aliança entre a questão energética e política geral.

j) Papel das estatais no contexto econômico nacional - 02/09/93 (auditório da ETRFN)

Conf. Parlamentar da Frente Nacionalista.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Os 100 anos da luta de Canudos

▼ Canudos representa o moderno na luta contra o arcaico que persiste há séculos no Brasil e mantém o país atrasado e servil

José Carlos Ruy

Está fazendo 100 anos que Antonio Vicente Mendes Maciel, o Antonio Conselheiro, estabeleceu-se numa fazenda abandonada, chamada Canudos, às margens do rio Vaza Barris, no sertão baiano. Ali, em 1893, ele fundou, com seus seguidores, a vila do Belo Monte, palco de um dos mais importantes episódios da luta secular que ocorre no Brasil, entre a modernidade e o atraso.

Antonio Mendes Maciel iniciou sua pregação na década de 1870. Homem culto (fora professor e advogado provisionado, além de falar e escrever fluentemente, inclusive em latim), ganhou o apelido de Conselheiro ao peregrinar pelo sertão do Nordeste construindo igrejas, obras públicas e pregando ao povo humilde.

Em Canudos, ele fundou seu arraial definitivo, Belo Monte, que chegou a ter cinco mil casas e mais de trinta mil habitantes, sendo a maior povoação da Bahia da época, menor apenas que Salvador, a capital.

Essa povoação, embora de tamanho significativo, não podia - é certo - representar uma ameaça militar direta à República recém proclamada, como se pensou na época, apesar da tenaz capacidade que demonstrou para se defender contra investidas policiais e militares. Por que, então, Canudos foi esmagado? E ficou pingando sangue na memória histórica da nação brasileira?

Entre os historiadores ligados à burguesia, há os que tendem a reduzir o episódio à mera expressão do inconformismo religioso, lançando-o à conta de um pretenso fanatismo. Outros falam num suposto conflito entre o litoral e o sertão. Outros, ainda, o atribuem à mentalidade bárbara do sertanejo - modo de pensar que não passa de uma forma envergonhada e inconfessada de racismo.

É impossível entender a história de Canudos e seu desenlace trágico fora do quadro da luta oligárquica baiana,



Moradores do arraial de Canudos antes do massacre

capítulo local da luta pelo poder a nível nacional desencadeada com a proclamação da República. É impossível também compreender a carreira de Antonio Mendes Maciel, a fundação de Canudos e a luta de seus seguidores, sem referência ao caráter incompleto, conservador, manipulado pelas classes dominantes, da transformação social ocorrida no Brasil com o fim da escravidão, em 1888.

O domínio do governo federal pelos aliados de Floriano Peixoto, depois de 1891, opôs, nos Estados, as facções oligárquicas que controlavam os governos e as facções dissidentes, apoiadas por Floriano. O apregoado monarquismo de Conselheiro e seus adeptos foi usado, na Bahia, pelos dissidentes, contra o governador Luiz Vianna (um oligarca com raízes no Império, expoente do Partido Conservador), acusado por eles de simpatizar com as idéias de Antonio Conselheiro e, por isso, não empenhar-se em jogar a polícia contra o arraial. Assim, quando Luis Vianna mandou uma expedição policial contra Belo Monte, abriu a série de tentativas militares para destruir a povoação, todas fracassadas - exceto a última, de outubro de 1897.

A nível nacional, o fracasso das expedições contra Canudos foi um dos pretextos para a concentração de poderes nas mãos do presidente da República, consolidando o controle do Estado pelas oligarquias paulista e mineira, e liquidando os sonhos de uma república democrática e moderna.

As forças que Conselheiro mobilizava - as massas miseráveis e espoliadas do sertão nordestino - eram as forças da modernidade, do progresso social, e isso apavorava os latifundiários, embora os sertanejos fossem animados por uma ideologia religiosa que era a expressão atrasada, pouco consciente, de seu protesto contra a opressão secular que os sujeitava.

A ação de Conselheiro coincidiu com o colapso do escravismo no Nordeste brasileiro. Desde a década de 1870, esse sistema praticamente deixara de existir no sertão, sobrevivendo apenas nas casas grandes e nas cidades. Os escravos do eito, os que trabalhavam na lavoura, haviam sido praticamente todos exportados para as plantações de café do sul do país, e os camponeses, os pobres do campo nordestinos, iniciaram a penosa transição rumo à semi-servidão que se generalizou nos latifúndios da região.

O fim da escravidão, controlado do alto pelos próprios senhores de escravos e de terras, foi uma revolução social pela metade. Não trouxe o fim do latifúndio e o parcelamento da terra. Ao contrário, reforçou o monopólio dos latifundiários e o domínio que exerciam sobre os camponeses.

Além disso, milhares de antigos escravos foram abandonados à própria sorte. Para eles, a liberdade significava apenas uma nova forma de sujeição.

Nesse quadro, a vida em Belo Monte deveria ser algo como o reino de Deus na Terra, para os

camponeses pobres, e era isso que os poderosos receavam. Euclides da Cunha registrou, em *Os Sertões*, os temores do Barão de Geremoabo, fazendeiro naquela região, ao verificar que alguns lugares da Bahia, e "até de Sergipe, ficaram desabitados, tal a aluvião de famílias que subiam para Canudos". Esse receio era partilhado por outros fazendeiros e proprietários, que viam drenada para o arraial a mão-de-obra barata que pretendiam reter em suas propriedades. Eles passaram então a espalhar a lenda de que Canudos era refúgio de fanáticos criminosos e ladrões de gado.

Rapidamente, a vida econômica reunida em torno do arraial tomou-se florescente. A povoação era organizada com casas pobres mas dignas para seus moradores. Era bem administrada, diz Rui Facó. Manoel Benício, um jornalista, testemunhou o fim de Canudos, registrou essa prosperidade que destoava da pobreza do Nordeste latifundiário. Ele viu plantações de mandioca e diversos legumes, "milho, feijão, grogotuba, favas, batata, melancias, girimuns, melões secas", criações de cabras, e os açougues tinham carne. O arraial tomou-se um centro comercial ativo e, com seus estabelecimentos prósperos, despertou o ciúme dos comerciantes e fazendeiros vizinhos, temerosos que o exemplo se alastrasse.

A experiência sertaneja de modernidade, iniciada em 1893 em Belo Monte, no sertão da Bahia, liderada por Antonio Conselheiro, durou exatamente 4 anos. Em 1897 ela foi atingida em sangue pelas forças do atraso que estão no poder na sociedade brasileira.

Morre Castellinho

Morreu dia 1º de junho, no Rio de Janeiro, o jornalista Carlos Castello Branco. Há 30 anos publicava sua Coluna do Castello no *Jornal do Brasil* e era um dos mais influentes colunistas políticos do país. Por ocasião de sua morte, o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, enviou sentimentos de condolências à família: "Manifestamos pesar pelo falecimento do jornalista Carlos Castello Branco, que nestas últimas cinco décadas de trabalho na imprensa preocupou-se constantemente em condenar as violências e defender a liberdade e a soberania nacional."

Contra privatização

O Movimento em Defesa da CMTC e do Transporte Público Contra a Privatização e o Desmanche deu um brado de alerta à população paulistana dia 28 de maio, na Praça da Sé, em São Paulo. Foi o primeiro ato público contra o projeto de privatização da Companhia Municipal de Transporte Coletivo.

A CMTC fez uma pesquisa para conhecer a receptividade da proposta privatista entre os usuários habituais dos ônibus. A pesquisa revelou que 45% dos paulistanos não concordam com a CMTC nas mãos de particulares. Outros 43,5% preferem utilizar os ônibus da CMTC porque acreditam que seu serviço é melhor que o prestado pelas empresas privadas. Os passageiros temem mais aumentos nas tarifas (63,5% expressaram essa preocupação).

A pesquisa Reestruturação e Privatização da CMTC mostra também que 72,8% entendem que o transporte coletivo de São Paulo seja responsabilidade do município, mas que as empresas particulares devem operar em condições para servir como opção ao usuário.

UNE adia congresso

Devido à greve dos professores das universidades federais, a UNE adiou seu 43º Congresso para 30 de junho a 4 de julho, em Goiânia. O credenciamento de delegados e observadores será dias 25 e 26 de junho nas comissões locais. A pauta e o regimento do congresso permanecem. As credenciais serão entregues até às 14 horas do dia 3 de junho.

Eleição bancária

A nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Alagoas foi eleita dias 11 e 12 de maio. A Corrente Sindical Classista dirige o sindicato há nove anos, mas mesmo com essa hegemonia, compôs chapa única com outras forças da CUT. O sindicato é tradicional nas lutas do estado e vai fazer campanha contra a revisão constitucional.

Sinpeem contra Maluf

O Sindicato dos Profissionais de Educação do Município de São Paulo, Sinpeem, realizou seu IV Congresso de 17 a 21 de maio, com presença de 2.800 delegados. O sindicato possui 17 mil filiados de um total de 42 mil profissionais na base. Entre as várias lutas aprovadas, destaca-se a campanha em defesa da escola pública e a oposição a Maluf, que desrespeita as leis do funcionamento das escolas e a democracia nas escolas.

Aumenta luta pelo acesso à terra

▼ Encerrou-se no dia 13 de maio o Seminário Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semi-Árido. Diversas oficinas discutiram reforma agrária, recursos naturais e tecnologias apropriadas ao semi-árido e ao ecossistema

Linduarte Junior
de Recife

O evento foi uma resposta das entidades da sociedade civil à solitação do presidente Itamar Franco de que discutissem um programa de desenvolvimento para o Nordeste. Participaram federações de trabalhadores rurais, CNBB, Movimento pela Ética na Política, organizações não-governamentais e CPT, além da Contag. Como objetivos gerais, o combate à fome, a erradicação da miséria, a quebra do monopólio do acesso à terra, o aumento da produção e produtividade do homem do campo e o equilíbrio ecológico.

Todas as entidades expressaram, desde logo, um consenso: falta vontade e decisão política de parte das autoridades e uma ação sindical mais efetiva para implantar a reforma agrária. A prova de que esta desconfiança não é infundada aconteceu no final do seminário: o ministro da Integração Regional, Alexandre Alves Costa, resolveu convocar para o mesmo dia e o mesmo horário uma reunião da Comissão Nacional do Programa Frentes Produtivas de Trabalho, embora ele tivesse sido convidado para receber as propostas dos trabalhadores rurais. A Contag encaminhou uma carta de protesto ao ministro questionando a seriedade da intenção do governo em incorporar as entidades representativas dos trabalhadores rurais na discussão, elaboração e controle das políticas e verbas públicas para a resolução dos problemas do homem do campo.

O Brasil tem uma das estruturas fundiárias mais concentradas e fechadas do mundo: 28% das terras que produzem os alimentos básicos são as que têm até cem hectares. Estes produtores empregam 84,4% da mão-de-obra camponesa. O restante das propriedades, a maioria acima de cem hectares, encontra-se nas mãos dos latifundiários, sem produção e com um mínimo de mão-de-obra empregada. E os minifúndios ocupam apenas 9,5% da área agricultável do país. Em suma, "é pouca ou nenhuma terra nas mãos de quem realmente produz e muita terra nas mãos de quem não faz nada", sentença José Raimundo Mendonça, Cabecinha, secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão.

Os conflitos agrários surgem a partir dessas deformações. Desde 1970 cresceram não apenas as gre-



EVANDRO TEIXEIRA

"É a parte que te cabe neste latifúndio"

ves, mas também as invasões urbanas, os saques e as ocupações de terras no campo. A realidade mostra as invasões na Secretaria de Agricultura de Pernambuco, na Sudene, além de saques em todo o Estado. No município de Afogados de Ingazeira (PE), o prefeito chegou a afirmar que "se não forem criadas frentes de trabalho que funcionem e se não sair o pagamento dos que já trabalham, o município vai suspender sua feira pública". É o medo de novos saques. No Maranhão já ocorreram 36 saques.

O que as entidades querem, mais imediatamente, é a criação de um plano emergencial com a criação de frentes produtivas de trabalho que tenham nas suas direções a participação dos trabalhadores rurais. E mesmo isto, que não representa o ponto mais sério do problema, enfrenta obstáculos. Os setores reacionários mantêm a indústria da seca: intermediários, banqueiros, empresas, latifundiários e grupos políticos tiram proveito da estiagem. Transformaram-se em verdadeiros sócios dessa indústria. A pobreza gera a dependência, o que favorece suas benesses. Por isso, tentam afastar as entidades representativas dos trabalhadores da discussão e participação nos fóruns que decidem por iniciativas de combate à seca.

O dinheiro raramente chega às mãos dos trabalhadores. É desviado antes. "Pelo menos no Maranhão, desde 2 de abril, a verba que serviria para programas de combate à seca já foi liberado, é o que garante o governo. Só que ainda não chegou para os trabalhadores", afirma Cabecinha. "Os planos e fundos criados pela Sudene para o Nordeste só serviram para

fortalecer os latifundiários", esclarece José Carvalho, agrônomo e assessor da Fetag-PI. O dinheiro destinado à produção acaba construindo barragens, estradas e açudes, na maioria das vezes nas terras dos latifundiários.

Exemplos das distorções no campo: no Maranhão, só o grupo João Santos tem 250 mil hectares de terra ocupados com uma usina de álcool, uma fábrica de papel e terras devolutas. Conta com três mil trabalhadores assalariados, embora nem 5% tenham carteira assinada, além de viverem num sistema de semi-escravidão. Na Fazenda 6 de Janeiro, divisa do Paraná com o Paraguai, os trabalhadores rurais plantam nas terras dos fazendeiros, o que não é novidade. Só que deveriam receber Cr\$ 55 mil por dia, mas não conseguem tocar no dinheiro, pois daí é descontado o alimento que consomem. Por ironia do destino, eles consomem exatamente o que plantam. É o fazendeiro quem lhes vende a comida, por um preço três vezes superior a outros estabelecimentos. Em Rondônia, recentemente

foi denunciada uma fazenda com trezentos escravos, pertencente a um empresário paulista, que corta o tendão dos trabalhadores para que não fujam.

A terra nas mãos dos latifundiários não cumpre função social. Cumpre a função do enriquecimento pessoal. Para garanti-lo, os fazendeiros se utilizam de métodos macabros, como a divulgação da lista dos ameaçados de morte. Nela, cada personagem tem seu preço. (veja box)

A violência no campo aumentou após a aprovação da Lei da Reforma Agrária, que mesmo acanhada e limitada, fez ressuscitar a famigerada UDR, comando de extermínio dos latifundiários. Em Coelho Neto, município do Maranhão, capangas do grupo João Santos, em operação conjunta com a Polícia Militar, chegaram na madrugada para desalojar famílias de uma fazenda. Prenderam dois trabalhadores e os levaram para a sede da Fazenda. Puseram em cada um deles um chocalho de gado e os obrigaram a comer capim. "Para servir de exemplo", alegaram. Depois, jogaram gasolina em seus corpos, ameaçando queimá-los vivos. Menos sorte teve o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado dos Carajás, Arnaldo Alcides Ferreira. Ele foi baleado na rodoviária de Eldorado em abril de 85. Atravessando seu peito, a bala acertou o pescoço da freira Adelaide Molinari, que morreu na hora. No dia 1º de maio deste ano, Ferreira foi assassinado com um tiro na cabeça, mesmo estando com escolta policial.

Na opinião de Cabecinha, os trabalhadores estão travando uma guerra de libertação. "Enquanto continuar vingando no Brasil uma estrutura fundiária injusta, e faltando justiça social, a violência no campo continuará", afirma. "É lamentável que na situação atual, com o povo mais politizado, isso ainda aconteça", completa Manoel Cândido, presidente da Fetag(RN).

"Os conflitos sociais no campo ainda são muito graves. Isto é uma demonstração dolorosa e imperdoável da omissão das autoridades, o que gera o pacto da impunidade", conclui Francisco Sales, da Contag. Segundo ele, o problema é do sistema e a reforma agrária só sairá com uma mudança desse sistema. E os trabalhadores rurais devem ter participação efetiva e papel de destaque na elaboração e efetivação das saídas para os sérios problemas que o país enfrenta.

Tabela de preços para matar

políticos - deputados federais	Cr\$ 100 a 200 milhões
deputados estaduais	Cr\$ 50 a 100 milhões
prefeitos	Cr\$ 100 milhões
vereadores	Cr\$ 20 a 50 milhões
bispos	de Cr\$ 100 milhões a Cr\$ 1 bilhão
padres	de Cr\$ 5 milhões a Cr\$ 50 milhões
agente de pastoral	de Cr\$ 1 milhão a Cr\$ 50 milhões
posseiros	de Cr\$ 500 mil a Cr\$ 1 milhão (com desconto se for para matar mais de um)

Na mira da Justiça

Luciana Costa
de Belém

Aos 84 anos, a mãe do ex-deputado e líder do PCdoB no Pará, Paulo Fontelles, só deixou o Estádio de Esportes da Vila de Marituba após ouvir a sentença: James Vita Lopes foi condenado no último dia 15 de maio, pela segunda vez, a 21 anos de prisão. Foram 15 horas de julgamento.

O "Capitão James", como ficou conhecido na região, foi julgado por ter intermediado a contratação dos pistoleiros que mataram o advogado de posseiros, Paulo Fontelles em 11 de junho de 1987. Para um dos advogados que atuaram na acusação, Egídio Sales Filho, a justiça cumpriu o seu papel e o resultado deste julgamento pode significar um freio nos crimes comandados por latifundiários. No entanto, a história recente aponta em outra direção. Segundo o Jornal O Liberal, no final de maio houve um leilão na Fazenda Bamerindus, do ministro da Indústria e Comércio, José Andrade Vieira, com a presença de grandes proprietários da região e do próprio ministro. Segundo os sindicalistas rurais, o leilão está diretamente relacionado à reorganização da UDR.

O julgamento de James Vita Lopes é um marco na história do Pará, um Estado acostumado à queima de arquivo, desaparecimento de testemunhas e provas, e muitas ameaças. Por isso foi montado um forte esquema de segurança no Estádio da Vila Marituba, localizada a 20 quilômetros de Belém, que acabou se tornando uma fortaleza. O réu estava impassível e a juíza Maria de Nazaré Palheta, nervosa.

Duas testemunhas, Maria de Fátima Santos e Benedito Souza, que não participaram do primeiro julgamento, por se dizerem ameaçados de morte pelo réu, afirmaram ter ouvido James Vita Lopes dizer que Paulo Fontelles teria de sumir da terra. Maria de Fátima testemunhou que seu marido foi assassinado pelo Capitão James com tiros de metralhadora, em frente à casa onde moravam e na presença de seus filhos.

Para o representante do Ministério Público, Clodomir Araújo, e para os assistentes da acusação, Márcio tomaz Bastos, Egídio Sales Filho e Luís Eduardo Greenhalgh, o depoimento destes dois camponeses reforça ainda mais a tese de que o réu era violento e costumava cumprir suas promessas. O advogado de defesa do réu já anunciou que vai recorrer junto ao Tribunal de Justiça.

No próximo dia 29 de junho será julgado, no município de Rio Maria-PA, o fazendeiro acusado de ser o mandante do assassinato do líder sindical rural Expedito Ribeiro de Souza, morto por pistoleiros em 12 de fevereiro de 1991.

Entrevista

JOÃO PEDRO

▼ Gaúcho de Lagoa Vermelha, 39 anos, filho de pequenos agricultores e veterano de ocupações de terras desde o conflito de Ronda Alta, em 1978. Pisando em ovos devido ao cerco hostil da mídia, João Pedro expôs um panorama amplo e honesto de como os sem-terra enxergam a si próprios e ao Brasil.

Bernardo Joffily

A Classe - Qual é o panorama geral da luta de vocês?

João Pedro - Tivemos um ascenso muito grande no começo da Nova República. Foi ali que surgiu o Movimento dos Sem-Terra. Levantamos então a bandeira: "A ocupação é a única solução", como tática para forçar a reforma agrária, e deu certo. Conseguimos fazer ocupações grandes, de 1.500, 2 mil famílias. Depois, o governo Sarney recuou da reforma agrária, surgiu a UDR, fortemente militarizada, e enfrentamos um período muito difícil. O assassinato mais divulgado foi o de Chico Mendes, mas a UDR espalhou a violência por todo o interior do Brasil.

A derrota política da Frente Brasil Popular na eleição presidencial de 89 teve resultados imediatos para a luta pela terra; resultados contra

nós. A correlação de forças tornou-se extremamente desfavorável. Collor adotou uma linha de não fazer nenhuma reforma agrária e desativou as sedes do Incra, que viraram tapetas velhas. Aqui em São Paulo, o Incra tem um prédio de oito andares onde ficavam 360 funcionários. Hoje eles não chegam a 80, e sem nenhuma estrutura, nem papel para fax têm. O Incra foi esvaziado. O dinheiro ia para falcatruas com empreiteiras, principalmente a OAS e a Odebrecht.

A outra linha do Collor foi a repressão dirigida contra a nossa organização. Chegou a ser criado um departamento na Polícia Federal, especializado contra os Sem-Terra, com a decisão de nos destruir. Tivemos uma média de 120 prisões por ano e não sei quantos processos.

Passamos os dois anos e meio do Collor nos segurando, numa situação defensiva, de crise. A mobilização era muito difícil. Houve menos ocupações, e menos massivas, porque as massas se mobilizam em torno de coisas mui-

to concretas. Ninguém aguenta ficar três anos debaixo de um barraco, sem perspectiva de uma conquista, só em nome da reforma agrária. O que nos salvou nessa fase foi que alguns governos estaduais, tipo São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Ceará, foram mais sensíveis, não nos trataram criminalmente e se dispuseram a negociar. Porque o governo Collor não fez um único assentamento.

A Classe - E agora?

João Pedro - A nossa avaliação é que entramos numa nova fase. O impeachment foi uma vitória da mobilização dos trabalhadores, que teve conseqüências imediatas na luta pela terra. E que trouxe como conseqüência outras pequenas vitórias políticas para nós. Alterou-se o quadro dos ministérios. Conseguimos uma lei agrária, que não é aquela coisa toda mas pelo menos tira do Judiciário o argumento de que não há lei para se aplicar. O presidente Itamar, graças às pressões populares, atendeu a todos os nossos pedidos de veto nessa Lei. Conseguimos também um presidente do Incra progressista, que é o Russo, do PPS. A gente conhece as características do PPS, mas de qualquer forma é um presidente que é a favor da reforma agrária e não contra.

A Classe - E qual foi o resultado?

João Pedro - O resultado foi que a direita se deu conta de que aqueles instrumentos tradicionais que eles tinham no governo federal não podiam ser usados contra nós como era no tempo do Collor. O próprio Ronaldo Caiado disse isso. Disse que, "já que o governo federal optou pelos sem-terra, o governo e os sem-terra não perdem por esperar; agora vamos atuar com nossas próprias forças".

A Classe - Assim mesmo, na cara dura?

João Pedro - Assim mesmo, e da tribuna da Câmara. A UDR, como tal, morreu. Depois das derrotas



Ocupação em Pontal do Paranapanema (SP), março de 93

que teve, está morta politicamente. Mas não devemos nos alegrar com isso. Agora a direita ruralista se articula como um todo, independente de siglas. E ela adotou uma tática para nos atacar em quatro frentes.

A primeira linha deles é "armem-se". O contrabando de armas para os latifundiários, no Mato Grosso do Sul e no Paraná, é uma coisa impressionante. Numa fazenda, perto de Cascavel, o proprietário tinha até uma bazuca!

Segundo, vem a utilização da Polícia Militar, mas não pelas vias normais. A maioria dos coronéis da PM é gente articulada por eles, ligada a eles desde os esquemas da antiga Arena. Os remanescentes desse esquema permanecem. Onde eles não podem contar com o governo do Estado, a PM age à revelia do governador. Foi o que aconteceu por exemplo na fazenda Campo Bonito, no Paraná, onde eles mataram o Teixeira. Usaram grupos mascarados e tudo.

A Classe - Quais são as outras táticas dos latifundiários?

João Pedro - A terceira é o Poder Judiciário. Eles compram juizes e promotores, tudo na base do dinheiro. É impressionante. Teve o caso de uma juiza, que pediu para não divulgar seu nome, que em vez de nos despejar deu-nos um prazo, de uns 15 dias, para tentar uma negociação. Os caras foram na casa dela e ofereceram 100 mil dólares, ali. Ela recusou. Então eles foram ao Tribunal de Justiça, que deu a ação de despejo em 24 horas; só não sei por quanto.

Em quarto vem a compra da imprensa. Se articularam, via alguns jornalistas fascistas que sempre há, e plantaram várias notícias. A da *Veja* foi uma. No Rio Grande do Sul há um caso notório: tem um jornalista dentro do Grupo Zero Hora especializado na função de plantar toda semana uma matéria contra nós.

A Classe - E os acontecimentos internacionais, como a queda do Muro de Berlim e a queda da URSS, não afetaram vocês?

João Pedro - A nível do movimento, internamente, não. A nossa origem é como um movimento da Igreja, dentro da perspectiva de uma luta pela justiça social. Foi assim que chegamos ao socialismo, a partir da visão de que queremos uma sociedade justa. Então, na nossa formação ideológica, essa crise não nos afetou. As injustiças sociais são cada vez mais gritantes e portanto temos cada vez mais motivos

para lutar. Agora, acredito que no meio urbano a pequena burguesia e alguns outros setores foram envolvidos pela propaganda burguesa de que este negócio de socialismo é coisa de extremista. Aí sim pode ter influído.

A Classe - Mas há setores da CUT e do PT que também se queixam de que o movimento de vocês estaria numa linha extremista...

João Pedro - Nunca nos propusemos a fazer luta interna dentro da CUT ou do PT, pois não somos uma organização neste sentido. Aí, cada militante nosso age por conta própria. Somos, sim, pelo socialismo. Acho que precisamos sempre mostrar um rumo, um objetivo, uma mística, um ideal. Se a gente não luta por isso, o movimento acaba ficando cheio de lutas por cargos, de desvios personalistas... Isto, sim, é uma preocupação nossa: manter este sonho, embora ele possa parecer tão distante.

A Classe - A carta que o companheiro Rainha escreveu para nosso deputado Jamil Murad mostra interesse pela guerrilha do Araguaia. Por quê?

João Pedro - Vocês do PCdoB têm este louvor histórico: sempre se interessaram pela luta no meio rural. Isto não é puxação de saco; nós sempre tivemos, não bem um carinho, mas um reconhecimento por todos os lutadores que vieram antes de nós. Sobre a história da guerrilha, por exemplo, escreveram muitos livros acadêmicos, mas o livro que nós mais gostamos foi o de um dirigente de vocês que era do Rio Grande do Norte, um em forma de diário.

A Classe - Quer dizer que vocês se definem apenas como um movimento de massas mas estudam a história do movimento camponês?

João Pedro - Nossa autodefinição é: somos um movimento de massas, com uma base de trabalhadores rurais, com um caráter popular, sindical e político. Político não no sentido da luta partidária, mas sim da luta de classes.

Nossos objetivos são a luta por terra para quem nela trabalha, que é também uma luta sindical; depois, a luta pela reforma agrária, e aí já se envolvem os trabalhadores urbanos, toda a sociedade progressista, quem participa não precisa ser apenas o camponês; e o terceiro objetivo é que devemos lutar por transformações na sociedade, porque não vamos conquistar uma reforma agrária em um capitalismo. Neste último aspecto, nosso movimento é político, é uma luta de classes clara.



João Pedro

SOMOS UM MOVIMENTO DE MASSAS COM CARÁTER POPULAR E POLÍTICO

Denúncia derruba secretário

Uma denúncia do deputado Simão Almeida (PCdoB/PB), provocou a renúncia, na última semana, do Secretário da Agricultura do Estado, Miguel Barreiro. Motivo: o Secretário se envolveu numa polêmica com Simão acerca da possibilidade do governo ter construído 1400 açudes em apenas dois anos e meio. "Não é preciso visitar toda a Paraíba para constatar a mentira do governo. Basta visitar o município de Borborema, no qual o Secretário disse ter construído sete açudes no valor de Cr\$ 30 milhões. O que foi construído lá foi uma casa de farinha", afirmou Simão.

O PCdoB quer a instalação de uma CPI na Assembléia Legislativa sobre os programas de açudagem. Dezenas de irregularidades já foram constatadas. Uma delas envolve o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Fernando Villar. Para se beneficiar dessa verdadeira festa, o ministro criou uma associação, formada por funcionários de sua fazenda, da qual ele é o presidente, e conseguiu um convênio para construir 15 açudes. Como o ministro não precisa de tantos açudes, a fazenda só recebeu um.

Os convênios foram realizados com prefeituras, sindicatos e fundações. Onde o PMDB, partido do secretário, dirigia a prefeitura, os convênios eram assinados com o prefeito. A maioria dos convênios foram assinados em agosto e setembro de 92, épocas pré-eleitorais.

O secretário Miguel Barreiro, pressionado pelos deputados governistas, foi obrigado a renunciar. As denúncias de Simão Almeida causaram um enorme estrago na popularidade do governo. O gabinete do deputado recebeu dezenas de ligações de pessoas interessadas em denunciar irregularidades no programa de construção de açudes.

TEMA EM
Debate

**Neoliberalismo
acirra
conflitos
de gênero**

Sara Sorrentino

Editora da revista *Presença da Mulher*

As mulheres também estão fora da Nova Ordem Mundial! No processo de exclusão de contingentes populacionais em todo o mundo, o neoliberalismo usufrui e aprofunda as relações desiguais entre homens e mulheres pobres. O alijamento econômico, social e político consequente ao agravamento da crise imperialista atinge mais pesadamente a população feminina. A pobreza também tem sexo.

O controle populacional, já conhecido, é um desses mecanismos. Aos métodos de alta tecnologia, como a esterilização cirúrgica e as "pesquisas" com vacinas e implantes de hormônios, aliam-se a desinformação e à falta de assistência terciomundistas. O resultado é a rápida redução do número de nascimentos. Uma imposição e não opção consciente.

A acelerada diminuição do crescimento populacional no Brasil exige regiões, como a do Sul, com níveis mais baixos que a taxa de reposição populacional (menos 2,4 filhos por mulher). O preço desse processo é o enorme agravo para a saúde - mortes maternas, cesáreas desnecessárias e mal feitas, abortos clandestinos e um sem-número de sequelas físicas, psicológicas e sociais.

A deterioração dos serviços públicos e a política privatizante para diminuir o déficit público - exigência do FMI - atingem políticas sociais, creches, habitação, escolas, transporte, saúde e previdência. Todos assumidos, no final das contas, pelas mulheres, que resolvem em seus lares problemas que são

do Estado e que os ricos compram a altos preços - o cuidado e a orientação dos filhos, a assistência a doentes e idosos, a moradia. Elas enfrentam filas imensas, ajudam-se mutuamente, fazem ocupações, ligam nos balcões de atendimento.

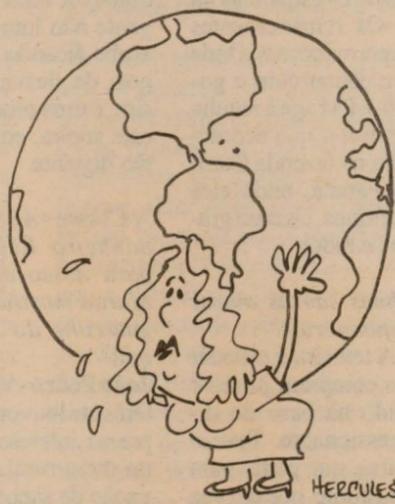
A alta dos gêneros de primeira necessidade exige longas e infrutíferas buscas de preços mais em conta e nem por isso a inflação cede. É inócuo o pedido de Itamar para que as mulheres "compre mais barato". Roupas prontas e outros bens que facilitam a vida doméstica são inacessíveis e sua obtenção significa mais trabalho e desgaste.

Até o gás de cozinha vira produto de luxo e em muitos lares a comida é preparada em fogareiros improvisados e perigosos. Água e luz, quando existem, têm instalações incompletas ou inadequadas. Dificuldades contornadas pelas mulheres no seu dia-a-dia. Barreiras que não podem deixar de ser resolvidas, pois a vida precisa seguir seu curso.

O desemprego traz a realocação das mulheres no chamado mercado informal. Sem seguro social ou direito trabalhista, elas ocupam as piores posições no mercado de trabalho. São faxineiras, vendedoras de cosméticos e bijuterias, costuram em casa para confecções clandestinas, vendem doces, são funcionárias públicas ou de firmas de temporários, quando não acumulam um "bico" e um emprego noturno enquanto os filhos dormem. Qualquer trabalho que lhes permita sustentar a família e conciliar os horários com as tarefas domésticas e os filhos, só que ganhando menos e sem segurança.

O neoliberalismo é contundente também ao evidenciar que o capital não comporta, entre os trabalhadores, famílias tradicionais, com pais provedores de mulheres e filhos. Ele traz o desemprego, o alcoolismo, a violência, as separações, as uniões instáveis, mas que geram filhos. As mulheres chefes de família já respondem hoje oficialmente por 25% dos lares. Com a ressalva de que para o IBGE a mulher é chefe de família apenas quando é a única a trazer renda para casa. O direito constitucional básico de que o pai sustente sua prole não é aplicável a milhões de crianças brasileiras.

Esse quadro dificulta a participação e organização das mulheres.



É preciso estarmos atentas à nova realidade. Conseguir tempo, dinheiro e energia para se organizar e lutar é muito difícil.

É visível, no entanto, o aumento da participação feminina nas lutas concretas. Nas ocupações, nos movimentos de saúde, educação e nas greves. Sua radicalidade e força, quando entram na briga, são demonstrativos de que muita coisa mudou.

Fragilidade, submissão e conformismo não têm espaço na vida dessas mulheres. Elas lutam com seus filhos para ganhar o sustento, ter acesso à saúde, educação, um teto. Não estarão satisfeitas com migalhas demagógicas de igualdade formal e cidadania. Elas vão aprendendo a medida do respeito e reconhecimento a que têm direito e o seu significado.

Certamente, ao se romperem as amarras da exploração e da miséria, exigirão sua igualdade em outro patamar - no poder econômico, político, nas relações familiares. Numa sociedade que não seja desigual, também quanto ao gênero.

Câmara aprova lei da educação

▼ A Câmara dos deputados aprovou, após uma tramitação de mais de quatro anos, o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O texto aprovado representa um passo importante para a educação brasileira.

Marcos Tenório

de Brasília

O projeto tem características importantes que merecem ser destacadas. A LDB é uma lei abrangente, que fixa as diretrizes a serem seguidas e as bases nas quais a educação do país estará assentada em todos os seus níveis e modalidades. Estabelece um amplo conceito para a educação nacional, compreendendo todos os processos produtivos que se desenvolvem na sociedade.

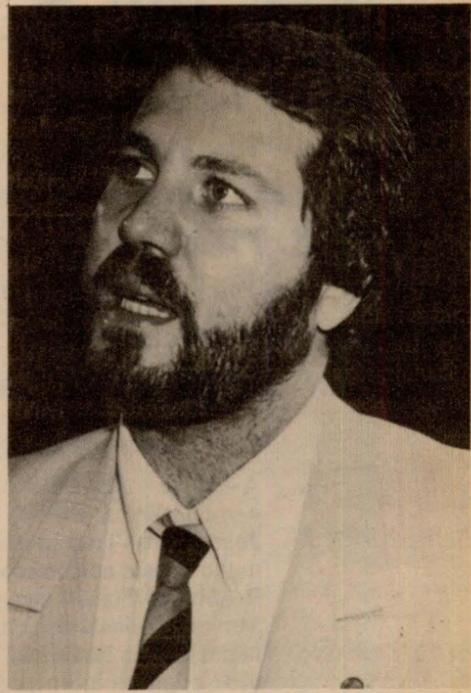
As negociações para a aprovação do projeto foram muito conflituosas. Durante todo o ano de 1991 e 1992, aconteceram inúmeras reuniões de negociações. Dois campos nítidos foram formados: de um lado setores que se identificam com as entidades que lutam pela elevação da qualidade do ensino, pela democratização da educação e pelo fortalecimento da rede pública. De outro lado os setores reacionários, que representavam os privatistas e o autoritarismo.

Graças ao acompanhamento diário que várias entidades nacionais deram a essa luta, foi possível assegurar algumas vitórias importantes, lembra Renildo Calheiros (PCdoB/PE), integrante da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. "Muito embora, nesse processo também tenhamos computado várias derrotas".

Foram asseguradas importantes conquistas, do ponto de vista democrático. A LDB é permeada, de cima a baixo, por uma visão democrática e participativa, criando mecanismos que possibilitam a busca da competência e da transparência ao controle social. A gestão democrática no sistema educacional será definida nos estatutos e regimentos de cada escola, inclusive nas particulares, assegurando-se a participação da comunidade, de professores, alunos e servidores de cada estabelecimento.

A LDB procura construir o sistema educacional necessário e imprescindível ao esforço nacional de superação do subdesenvolvimento brasileiro, ao mesmo tempo que aponta para o futuro, procurando responder problemas da atualidade, traçando metas para o futuro da educação nacional. Renildo destaca que o texto "visa claramente o fortalecimento da escola pública." Existe uma clara distinção entre escolas públicas e escolas privadas.

Importante conquista. O projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação adota um conceito de Sistema Nacional de Educação, como expressão institucional capaz de articular todo o esforço educacional da nação. "O objetivo é garantir um padrão de qualidade do ensino em todo o país", justifica Renildo. Ele considera importante a definição deste sistema, que busca "integrar os esforços das três esferas do governo", mediante o compartilhamento das responsabilidades básicas e precípuas de cada uma delas. O projeto delimita os sistemas da União, Estados e dos Municípios, e reparte as responsabilidades entre eles.



Deputado Renildo Calheiros

No entanto, a mais importante questão definida pela LDB é o Conselho Nacional de Educação, encarregado ainda de subsidiar a formulação de políticas educacionais e de fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros. O Conselho será composto por 24 integrantes. Metade deles serão indicados pelo governo e a outra metade pelas entidades civis ligadas à educação, inclusive dos estudantes. Fica, assim, extinto o Conselho Federal de Educação. Cria, ainda o Fórum Nacional de Educação, de caráter consultivo e composto por representantes de entidades civis do setor da educação, que se reunirá a cada cinco anos para avaliar a educação nacional e elaborar o "Plano Nacional de Educação".

Autonomia universitária. Para Renildo Calheiros, a LDB "assegura e reforça a idéia da autonomia universitária". O capítulo do ensino superior "foi um dos mais polêmicos", segundo ele. O projeto propõe, dentre outras coisas igualmente importantes, que as instituições de ensino superior serão submetidas a um processo de avaliação sistemática, de caráter externo, conduzido por pares da comunidade acadêmica, através de comissões autônomas de especialistas, coordenadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Para ele, o processo de avaliação e controle das instituições de ensino superior devem servir para elevar cada vez mais o nível das universidades brasileiras; buscar as causas, apresentar as correções, mas nunca punir a universidade pública.

"É fato que várias das universidades públicas brasileiras não atendem a certos requisitos de qualidade. Isto ocorre em função de um modelo de desenvolvimento econômico dependente e subserviente que tem vigorado no país. Isto tem levado as universidades a enfrentarem dificuldades, a não investirem em laboratórios, trata os recursos humanos com descaso, perdendo uma quantidade enorme de cientistas, dando pouca atenção à pesquisa", afirma.

Ano letivo. Outras importantes conquistas destacadas pelo deputado Renildo Calheiros é a ampliação do ano letivo de 180 para 200 dias e com a permanência mínima do aluno por um período de 4 horas por dia; as instituições públicas de ensino superior ficam obrigadas a oferecer cursos noturnos com a mesma qualidade dos diurnos; terão de ser organizados planos de carreira para os professores, com piso salarial profissional; regulamenta-se o ensino à distância (por rádio e tv).

Movimentos

CUT enfrenta sua pior crise

Saída pela escada de emergência

Sérgio Barroso

da Executiva Nacional da CUT

Na semana passada, no portentoso edifício Martinelli, centro velho de São Paulo, a vida fez questão de imitar a arte - da política. De repente, um barulho ensurdecedor de sirenes, uma voz grave de mulher a penetrar todos os andares repetia a cada minuto: "Atenção senhores brigadistas, todos a postos. Senhores funcionários do prédio Martinelli, tenham calma, não entrem em pânico. Tudo está sob controle. Não utilizem os elevadores. Usem as escadas de emergência."

Instalado certo tumulto, soube-se alguns minutos após tratar-se de um exercício contra incêndio, uma operação realizada pela segurança do condomínio!

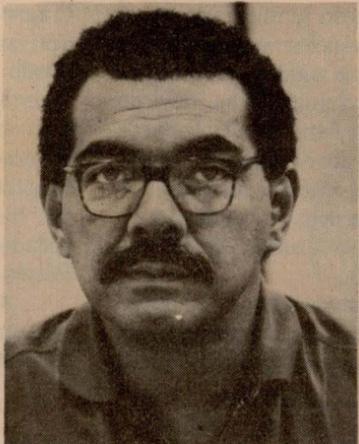
Pois muito bem. Coincidência ou não, a saída encontrada pela Corrente Articulação para a crise que assaltou a direção da CUT foi descer as escadas de emergência. Do 7º andar do Martinelli, sede da CUT, política virando simulação.

Primeiro, a maioria da Central (reunida em separado), "acatou" as demissões dos companheiros Gilmar e Delúbio dos cargos de secretário geral e tesoureiro da executiva, respectivamente. Segundo, numa manobra petista, propôs (a Articulação) a cooptação de Durval e Rosseto, os dois da corrente CUT pela Base, para os cargos de vice-presidente e secretário de política sindical, pela ordem. Como Avelino e Kjeld assumiram os cargos dos demissionários, de quebra, "Gato", do quebrado PPS, ascendeu espetacularmente à primeira secretaria depois de matreiros elogios de Meneguelli, o proponente das mudanças. Note-se que os companheiros da CpB legitimaram as decisões da maioria inexplicavelmente. Como se sabe, Durval encabeçou a chapa 2 no IV Concut, tendo sido o principal propagandista da proporcionalidade "qualificada" para a distribuição de cargos na executiva! E, pior, ainda diante do quadro estabelecido - juntaram-se nas abstenções(?) os dois representantes do sector PSTU. A CSC, que criticou o aparelhismo reiterado da Articulação, coerentemente registrou em ata seus três votos contra a proposta.

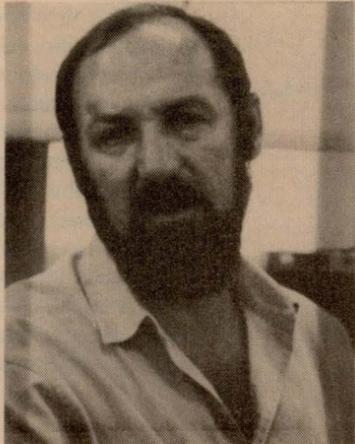
O balanço indica, de significativo, uma derrota de certa profundidade para Gilmar Carneiro, ainda candidatíssimo, com todo o direito. Que, apesar da corrida escada abaixo para evitar o incêndio, o companheiro ex-secretário geral saiu chamuscado pelas chamas da fogueira das vaidades. Registre-se aqui o esforço de Gilmar ao dedicar-se integralmente à executiva: enquanto o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo instalou um "governo paralelo" à CUT - afirmação de Avelino - ao ter declarado trinta dias após a posse da direção eleita em 1991 ser a presidência da central "o maior sonho" de sua vida.

De outro lado, a reunião da executiva decidiu consensualmente abrir a discussão de junho a agosto (VI Plenária Nacional) destacando o ponto "CUT: 10 anos, balanço e perspectivas". Uma posição que insinua não ser a troca de cargos efetuados o centro da crise. Decisão acertada, porém de indefinição quanto aos rumos.

A CSC afirma que a CUT enfrenta os problemas políticos e ideológicos que assolam o movimento sindical em escala internacional. Que é fundamental debater amplamente a concepção de democracia da Central Única dos Trabalhadores.



Sérgio Barroso



Jair Meneguelli



Gilmar Carneiro

▼ Às vésperas de completar 10 anos de existência, a Central Única dos Trabalhadores enfrenta a pior crise desde sua fundação. A plenária nacional, marcada para agosto, vai ser um marco no rumo que a Central deve seguir

Guimar Prates

A CUT, que hoje conta com 1900 sindicatos filiados, aparentemente sofre uma disputa pelo controle da entidade. Na essência, no entanto, pode ser uma crise de identidade e de perspectiva.

Para Sérgio Barroso, coordenador geral da Corrente Sindical Classista (CSC) e membro da Executiva Nacional da CUT, os problemas da Central estão relacionados com a perda da perspectiva socialista e, conseqüentemente, a prioridade tem sido a negociação, em detrimento da mobilização dos trabalhadores. "Além disso, a CUT carece de uma democracia mais efetiva".

O impasse na direção da CUT ficou explicitado na reunião da executiva realizada em abril, quando os membros da corrente Articulação não conseguiram chegar a um consenso sobre os caminhos que a Central deveria seguir. Gilmar Carneiro (presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo), que disputa a presidência da entidade com Vicentinho (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), a ser decidida no Congresso, inicialmente marcado para o 2º semestre do próximo ano, pediu a cabeça de Delúbio, tesoureiro da CUT e coordenador nacional da Articulação. O argumento de Gilmar era possibilitar uma nova experiência administrativa na Central. "Propus o remanejamento de todos os cargos", explica Gilmar, "com o objetivo de oxigenar o nosso traba-

lho", afirma, justificando que não se tratava de desconfiança com relação à honestidade de Delúbio. "De qualquer jeito, não concordo com a forma com que vêm sendo aplicados os recursos da CUT, priorizando a aplicação dos recursos nas secretarias e não nas campanhas gerais", diz.

A "solução" encontrada pela Articulação para contornar o impasse entre seus membros foi "acatar" as demissões de Gilmar e Delúbio, em reunião realizada no Instituto Cajamar.

A CUT pela Base se absteve mas aceitou a vice-presidência para Durval Carvalho. Na secretaria geral assumiu Avelino Ganzer e a tesouraria ficou para Kjeld Jacobsen, ambos da Articulação.

A forma encontrada para "resolver" o problema, foi duramente criticada pela CSC, que votou contra as trocas efetuadas. "Este é um método profundamente antidemocrático, é uma posição fechada da Articulação, que não contribui para a democracia da CUT e dificulta a identificação dos reais problemas que enfrentamos", afirma Barroso.

A CSC foi a única força a apresentar documento na última reunião da executiva, identificando as causas da crise na CUT e apontando o rumo a ser seguido pela Central. (Ver box)

Após a discussão e a polêmica gerada pela apresentação do documento "CUT: novo rumo, única saída", ficou acertado que até o dia 17 de junho todas as correntes apre-

sentarão documentos que serão discutidos até a plenária de 10 de agosto. Estes informes serão distribuídos a todos os sindicatos filiados. A plenária deverá fazer um balanço dos 10 anos da CUT e apontar quais as suas perspectivas.

O acalorado debate dos últimos dias parece que tornou consensual na cúpula da CUT a compreensão de que a crise não é meramente pela disputa por cargos. O presidente da entidade, Jair Meneguelli, reconhece que "falta praticar a verdadeira democracia". "Entro em desespero quando vejo mais de uma chapa da CUT participando da eleição de um Sindicato, como nos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Precisamos fazer com que a CUT e os nossos sindicatos tenham consciência da necessidade da pluralidade", afirma.

Jair Meneguelli acredita que é necessário chacoalhar a CUT, que deve "fazer menos reuniões e ter mais ação concreta na base". "Devemos nos mirar no exemplo do impeachment e apostar na mobilização. Se os dirigentes sindicais quiserem, é só abrir o jornal que diariamente existem mil motivos para ir às portas de fábrica", diz Meneguelli.

Segundo ele, as principais campanhas da CUT são pelo reajuste mensal de salários e a campanha pelo cadastramento do FGTS.

Mas para Gilmar Carneiro, que também defende que os dirigentes sindicais saiam da burocracia e vão para as portas de fábrica, isso só será possível depois do Con-

Novo rumo, única saída

Após fazer uma avaliação da situação política nacional, o documento da Corrente Sindical Classista aponta os pontos que considera importante para que a CUT se firme como uma central combativa e classista.

A CUT precisa rever sua estratégia "para os anos 90". Porque ela se baseou num falso eixo de atuação "propositiva", de negação de seu caráter reivindicativo, de luta; de prioridade quase absoluta à "parceria" do oportunismo social-democrata europeu: o "tripartismo" (diga-se de passagem, concepção hoje fracassada em todo o mundo, onde as migalhas dadas em troca pela colaboração de classes estão sendo arrancadas impiedosamente por seus "parceirozinhos", os patrões).

Essa estratégia é o semear a ilusão, deliberadamente. Tem sido a

causa da desmotivação, da desmobilização, do começo de certa desmoralização de alguns dirigentes da Central - particularmente de seus principais propagandistas.

A CUT precisa enfrentar as verdadeiras questões, antes que seja tarde. Isto significa reconhecer: 1) o abandono da perspectiva socialista; 2) O imobilismo monumental frente à defesa da soberania nacional; 3) A tendência crescente de transformar a ação sindical para o institucionalismo; 4) A prioridade (injustificável) da comunhão trabalhadores-empresários-governo, o tal "tripartismo"; 5) O processo avançado de burocratização e a ultracentralização das instâncias nas mãos de meia dúzia de caciques, bem como a política de mandonismo imposta por "proprietários" dos grandes sindicatos. Somos de opinião que essas ques-

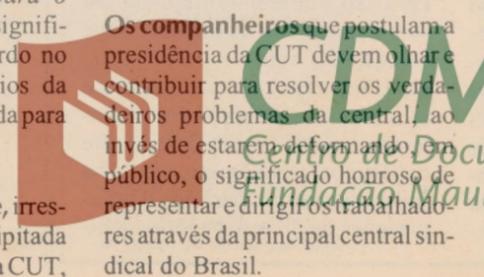
tões precisam ser debatidas e enfrentadas agora, e não apenas no próximo congresso da Central. Tais problemas dizem respeito ao conjunto da CUT e formam a base de uma plataforma que possibilita unidade, pluralismo e democracia sindical, imprescindíveis para sua sobrevivência. Do contrário, não haverá ambiente de respeito, lealdade e responsabilidade para levar adiante qualquer política.

A CUT não pode alterar, artificializar os critérios de representação dos sindicatos para o próximo Congresso. O que significa consenso ou amplo acordo no estabelecimento dos critérios da VI Plenária Nacional marcada para agosto.

Consideramos, finalmente, irresponsável, mesquinha e precipitada a disputa pela presidência da CUT,

a um ano e seis meses antes da realização do V Concut. Alertamos para o fato de que ela já trouxe prejuízos, irreparáveis, para a credibilidade da Central entre os trabalhadores. É pura demagogia tagarelar que a "disputa é legítima". O que não quer dizer que qualquer companheiro não possa postular a presidência da CUT, óbvio. Trata-se simplesmente de respeito aos trabalhadores que representamos, de seriedade no trato com os gravíssimos problemas sociais que nos afligem.

Os companheiros que postulam a presidência da CUT devem olhar e contribuir para resolver os verdadeiros problemas da central, ao invés de estarem deformando o trabalho público, o significado honroso de representar e dirigir os trabalhadores através da principal central sindical do Brasil.



Internacional

MOVIMENTO Comunista

Aglutinar forças

José Reinaldo Carvalho
Membro do CC do PCdoB

Entre as novidades editoriais introduzidas na *Classe* a partir desta edição aparecerá quinzenalmente esta coluna. Neste espaço, tentaremos refletir, na medida do que nos possibilitem as informações disponíveis, a nova realidade do movimento comunista e revolucionário em várias partes do mundo. Igualmente, faremos um esforço para atualizar o coletivo partidário e demais faixas do público leitor com as análises da direção do Partido acerca da marcha desse movimento no mundo.

Também pretendemos noticiar as diversas atividades internacionais do PCdoB, como a participação em Congressos e Seminários organizados por outros partidos comunistas, reuniões bilaterais, multilaterais etc. Sempre que possível, agasalharemos artigos assinados por dirigentes de partidos irmãos. Acreditamos ser esta uma das formas de praticar o internacionalismo proletário e fomentar o espírito da solidariedade internacional.

Como partido de classe e revolucionário, defensor intransigente dos interesses do povo brasileiro e do País, o Partido Comunista do Brasil não descarta de seus deveres para com os demais povos e partidos que lutam em seus países pelo ideal da emancipação nacional e social. Sendo a um só tempo um partido patriótico e internacionalista, temos o dever da solidariedade e de nos empenharmos pela unidade de todas as forças socialistas, progressistas e antiimperialistas no cenário mundial. Lutar pela unidade dessas forças, desde que Marx e Engels desfraldaram a bandeira "Proletários de todos os países, uní-vos!", tornou-se questão estratégica e de princípios para os comunistas. Ao longo desse século e meio, o conteúdo dessa luta tem-se mantido invariável. Diz respeito ao combate ao oportunismo e à defesa dos fundamentos do marxismo.

Mas a forma de luta pela unidade, a maneira de abordá-la, os caminhos a percorrer, são elementos a considerar dialeticamente. O exame da história da I e da II Internacionais, da fase intermediária entre esta e a IC, assim como das diferentes etapas percorridas pelo movimento comunista nas quase três décadas de existência da III Internacional, indicam que a falta de flexibilidade ao encarar este problema teria conduzido o movimento a graves erros e derrotas. Na falta de espaço, remetemos o leitor ao estudo do comportamento tático de Lênin na Conferência de Zimmerwald e de Dimitrov no VII Congresso da Internacional Comunista.

Sem sombra de dúvida, a luta contra o oportunismo e o revisionismo soviético constituiu uma necessidade histórica, posto que as teses do XX Congresso do PCUS representaram uma plataforma de ataque aos princípios fundamentais do marxismo. O desenrolar dos acontecimentos, sua culminân-

cia na *perestroika* e a definitiva bancarrota do PCUS e da URSS confirmaram a justeza daquela luta. Mas seria grave equívoco não reconhecer que a divisão operada em meados dos anos 50, início dos 60, resultou em terrível dano para o movimento revolucionário. Dispersou suas forças, enfraqueceu seu poder de combate, estratificou artificialmente correntes políticas e ideológicas gravitando em torno de "centros" de decisão e orientação.

Os acontecimentos dos últimos anos na ex-URSS e nos países do Leste constituíram o mais duro golpe assestado às forças do proletariado revolucionário, uma derrota de significado histórico-mundial. Com a ruína de conquistas sociais que jamais a humanidade havia conhecido, temporariamente esvaneceram-se também perspectivas e as forças do socialismo debilitaram-se subjetivamente. Tudo isso cria uma situação inteiramente nova no movimento operário e comunista e faz com que a luta pela unidade tenha de partir obrigatoriamente dessa constatação.



Na Índia, homenagem a Lênin e Marx

Nesse quadro de derrota histórica, a prioridade para os comunistas é reaglutinar suas forças para organizar a resistência de longo prazo.

A atividade internacionalista de nosso Partido orienta-se pelo princípio da busca da unidade, sem apriorismos nem critérios rígidos. Dialogamos fraternalmente com todos os partidos que defendam o marxismo, desfraldem a bandeira do socialismo e lutem contra o imperialismo. Incrementamos nossas relações, preservando a independência política e organizativa, respeitando a dos demais. Sustentamos nossas opiniões sem a pretensão do monopólio da verdade, considerando ao mesmo tempo como válidos os pontos de vista expendidos por outros partidos. Para isso, é de grande utilidade não só o intercâmbio de publicações e delegações, como a participação em Congressos e a realização de seminários, a exemplo dos recentemente ocorridos em Quito, entre os partidos latino-americanos, e na Índia, que reuniu partidos e organizações de diversos continentes.

Aberração jurídica contra viúva de Hoxha

Mais uma aberração jurídica, um ato de violência política e de revanchismo anticomunista foi cometido pelo regime antidemocrático hoje vigente na Albânia. Nexhmije Hoxha, viúva do ex-dirigente do país e do Partido do Trabalho da Albânia, recentemente condenada a nove anos de prisão, sob a falsa alegação de malversação de verbas estatais, teve sua pena ampliada para 11 anos, quando a defesa havia solicitado a revisão da sentença anterior.

A decisão é inopinada porque a acusação não conseguiu levantar com objetividade um fato sequer que incriminasse Nexhmije Hoxha.

O agravante da atitude do regime albanês é que a prisioneira é uma anciã de 73 anos em precário estado de saúde. Trata-se de uma flagrante violação dos direitos humanos, inspirada no direitismo e no fanatismo anticomunista do governo de Tirana, que após chegar ao poder transformou um ex-país socialista em paraíso dos traficantes e mafiosos da Europa e em apêndice da política dos países imperialistas nos Balcãs.

A consciência democrática impõe que se faça uma campanha a nível mundial pela libertação da prisioneira política Nexhmije Hoxha.

O bom exemplo

Jefferson Barros

Carlos Andres Perez, como Fernando Collor, é um político "charmoso", duas décadas mais velho é verdade; mas vendido na televisão e na mídia com aquele falso encanto de que um "boa pinta" pode resolver os problemas de seus povos. Venezuelanos, como brasileiros, são ameaçados por problemas similares: uma dívida externa impagável, quase 100 bilhões de dólares para a Venezuela, um país com menos de 1/4 da população brasileira; e uma política neoliberal cujo único objetivo é o pagamento da dívida, à custa do trabalho, da miséria e da fome do povo. Mas Andres Perez é (ou era) um político "charmoso".

Os dois resultados mais imediatos e danosos dos modelos políticos neoliberais são o estancamento do desenvolvimento econômico do país e o aumento assustador da corrupção, facilitada pela política econômica que privilegia os papéis financeiros e a "ciranda" como a única operação administrativa do Estado. O ninho de papéis financeiros e o caldo de cultura que alimenta e faz crescer a corrupção. Assim, corrupção e política neoliberal estão aparecendo no mundo quase como sinônimos. Não foi diferente na Venezuela do "charmoso" Andres Perez, que perdeu o poder por uma

"ninharia" (se comparada com as cifras do PC Farias-Collor): 10 milhões de dólares.

Desconsiderando a cifra, os processos Perez e Collor são idênticos. Ambos, derrubados por um amplo movimento de massas. Tão persistente às práticas políticas neoliberais e corruptas. Ambos, democrática e legalmente destituídos pelo processo do "impeachment". Ambos, esperando julgamento fora do poder.

A mobilização das massas venezuelanas - operários e estudantes, sobretudo - começou antes da própria mobilização do "Fora Collor"; e com maior nitidez na luta contra o neoliberalismo. Foi, no entanto, o bom exemplo brasileiro, no qual as massas nas ruas impulsionaram as investigações da CPI e deram respaldo às decisões legais do Senado e do STF, que facilitou a solução venezuelana, encerrando a trajetória do "charmoso" Andres Perez. Como o Brasil, a Venezuela vive agora um momento interino de transição e de indefinições políticas.

O impedimento e processo contra Perez, como foi o caso de Collor, não encerra a questão. Só a continuidade da luta popular, com o povo mobilizado, poderá redefinir o destino político de países - como Brasil e Venezuela - submetidos, por imposição do imperialismo, a soluções neoliberais.

O mau exemplo

A Guatemala, como o Peru, enfrenta uma resistência armada histórica contra os poderes das classes dominantes. Sem dúvida, a falta de perspectiva estratégica revolucionária de ambas as guerrilhas não está em questão neste momento em que a Guatemala segue o mau exemplo peruano para tentar manter a sua oligarquia no poder, o autogolpe. Na verdade, tentativas de impor soluções neoliberais contra a vontade do povo e desrespeitando as tênues conquistas democráticas existentes. Serrano, na Guatemala, como Fujimori, no Peru, tentam governar sem o povo, pois só podem governar contra o povo.

A histórica Guatemala, primeiro país da América Latina a escolher nítida e democraticamente um regime antiimperialista, logo após a II Guerra e ter, por isso, sofrido brutal intervenção armada, alimentada pelos Estados Unidos, em 1954, está novamente nas ruas contra uma política pró-imperialismo. As manifestações de rua que deram a desculpa para o autogolpe de Serrano protestavam contra os aumentos das tarifas de energia elétrica - o chamado "realismo tarifário", uma das primeiras imposições do FMI, dos bancos e do imperialismo para "sanear" as economias dependentes via neoliberalismo.

Como no mau exemplo peruano, o autogolpe guatemalteco também dividiu os setores políticos das classes dominantes, com a resistência do Congresso aos poderes autoritários que se autoatribuiu o candidato a ditador Serrano. Além disso, dividiu o próprio Exército, com a manifestação antigolpe do general Mont; e não tirou o povo das ruas, que permanece em luta contra o governo das oligarquias pró-imperialismo.

A resistência popular, do Congresso e dos militares - à qual logo acrescentou sua voz e gesto a prêmio Nobel da Paz, Rigoberta Menchu, defensora das populações indígenas,

a maioria do povo guatemalteco - derrubou o golpista Serrano em uma semana. Na terça-feira passada, o povo festejava na frente do Congresso a expulsão de Serrano mas pedia o fim dos políticos corruptos e da política neoliberal. Abriu-se um vazio de poder. Os setores populares não aceitam a presença de um militar - no caso o ministro da Defesa, general Garcia Samoyoa - nem do vice-presidente Gustavo Espina, comparsa do "autogolpe" no poder. É provável que a solução para a crise guatemalteca seja a assunção à presidência do presidente da Corte Constitucional, Epa-minondas Gonzalez; e a convocação de novas eleições imediatas.

Sem dúvida as soluções legais possibilitam um quadro mais favorável ao avanço democrático e ao desmonte das estruturas de poder que favorecem o imperialismo e o neoliberalismo. São testemunhas de que, nas próprias classes dominantes há setores democráticos, dispostos a enfrentar o neoliberalismo. As soluções golpistas apontam um quadro mais adverso às forças populares. Para uma política revolucionária, no entanto, uma e outra são, antes de tudo, sintomas de insuperável crise do Estado das classes dominantes.

Um sintoma não é a doença, assim como uma receita não é o remédio. No entanto, estes sintomas da doença mortal neoliberal sentidos no mundo inteiro trazem em si um receituário para o qual devem estar atentas as forças democráticas e populares: apenas a mobilização e a unidade populares poderão não só colocar em xeque estas soluções neoliberais, como criar condições políticas para novo poder, amplamente democrático, em tudo oposto ao exemplo peruano (na Guatemala) e do bom exemplo brasileiro (na Venezuela) apontam para o mesmo rumo: para a luta, nacional, democrática e popular.

Marxismo é reafirmado na Índia

▼ Aconteceu em Calcutá, estado de Bengala Oeste, na Índia, de 5 a 7 de maio, o Seminário Internacional sobre a situação contemporânea mundial e a atualidade do marxismo

Ana Maria Rocha

Representaram o PC do B nesse evento os membros do Comitê Central do Partido, Luis Fernandes e Renato Rabelo.

Em entrevista à *Classe Operária*, o vice-presidente do PC do B, Renato Rabelo, falou da importância desse evento para o movimento comunista.

Foram convidados 31 partidos que mantêm a identidade comunista e possuem expressão política em seus países. Desses convidados, 21 participaram do seminário com apresentação de trabalhos. Quatro mandaram escritos sobre o tema e seis enviaram mensagens.

Classe - Quem convocou o seminário?

Renato - O seminário foi convocado pelo Partido Comunista da Índia (marxista). Esse partido foi fundado em 1921 e reorganizado em 1964 com a reafirmação de sua essência marxista, uma experiência semelhante à do PCdoB. O PCI (m) é o partido mais importante da esquerda na Índia.

Enquanto em 1964, ano de sua reorganização, possuía 118.683 membros, atualmente esse número de filiados se aproxima de 700 000. Esse partido está no governo de dois estados da Índia, o de Bengala Ocidental e o de Tripura, estados que reúnem uma população de mais de 100 milhões de habitantes. Além disso possui 16 representantes no Raya Sabha (Senado) e 35 no Lok Sabha (Câmara) e 282 deputados estaduais em 11 estados. No estado de Bengala Oeste o partido tem 80% dos vereadores. O partido possui dois semanários como órgãos centrais do partido, um editado em inglês, *Peoples Democracy*, e um em língua indí, Lok Lehar. Edita também uma revista teórica quadrimestral, *The Marxist*. Possui ainda cinco jornais diários nas cidades de Bengala, Malayalam, Telugu, Tamil e Tripura. Edita ainda sete semanários em língua indiana. Constitui também uma agência de notícias a "Indian News Network - INN. As organizações de massas, sob a direção do partido,



O secretário-geral do Partido Comunista da Índia (marxista) Haskishan S. Surjeet fala no comício de encerramento do Seminário em Calcutá

congregam cerca de trinta milhões de filiados.

Classe - Qual o objetivo do seminário?

Renato - O objetivo do seminário foi dar oportunidade para uma troca de idéias entre os partidos convidados, levando em conta suas experiências, seu processo de aliança do socialismo, movimento operário e comunista, e perspectivas. O seminário não tinha nenhuma pretensão de já chegar a documentos conclusivos ou resoluções. Sua preparação durou seis meses e cada participante apresentou uma tese contendo suas idéias e experiências. Com base nessas teses o seminário foi palco de amplo debate de idéias.

Classe - Quais as principais teses levantadas?

Renato - Destacou-se o debate em torno do atual quadro mundial e suas tendências. A experiência do socialismo na URSS e no Leste europeu e as causas da débacle do socialismo, a fase atual do desenvolvimento capitalista e suas particularidades, a problemática da transição do capitalismo ao socialismo, a validade do marxismo-leninismo para os dias atuais e as formas e os meios de rearticulação do movimento comunista mundial.

As intervenções feitas vão ser editadas em inglês, em livro a ser divulgado para os diversos países e partidos convidados para o seminário.

Classe - Que questões mais polarizaram o debate de idéias?

Renato - O desenrolar do debate suscitou polêmica principalmente quanto às seguintes questões: em que período começa o retrocesso ao capitalismo na experiência na URSS; o pluripartidarismo nas condições do socialismo; o papel das empresas estatais e do planejamento na transição do capitalismo ao socialismo; a reação entre dogmatismo e revisionismo;

as formas de organização do movimento comunista mundial na atualidade. Houve por outro lado uma convergência de opiniões em relação a diversas questões importantes, como: A nova ordem mundial imperialista com o fim da bipolaridade; o agravamento da situação econômica mundial e a crise do capitalismo atual; a política neoliberal para o terceiro mundo; a transição do capitalismo para o socialismo como um processo mais prolongado; a idéia de que não existem modelos únicos de socialismo; a necessidade de levar em conta a realidade particular de cada país; as leis do desenvolvimento econômico na construção do socialismo e por fim o marxismo-leninismo como o único guia teórico para a ação política revolucionária e o partido como instrumento de direção da classe operária e seus aliados.

Classe - Qual a tese que o PC do B apresentou?

Renato - A tese que nós apresentamos referiu-se à questão considerada por nós hoje de grande importância na experiência da construção do socialismo e da nossa própria trajetória, que é a do processo de transição do capitalismo para o socialismo, destacando aí um elemento fundamental que é o capitalismo de estado nas condições de um regime popular sob a direção da classe operária. Parte-se, sobretudo, das idéias já levantadas por Lênin no período inicial da revolução de outubro, resgatando esses pontos de vista leninistas, que não foram suficientemente considerados na construção do socialismo na URSS após a morte de Lênin. Trata-se aí de compreender a essência dessas idéias levantadas por Lênin, da

complexidade da transição onde vai persistir, durante certo período, a existência de elementos capitalistas e socialistas, no nível da economia. Essa tese repercutiu favoravelmente entre os participantes do seminário pelas questões novas levantadas quanto a um tema de grande atualidade para o movimento comunista mundial. (Essa tese foi divulgada na revista *Princípios* nº 29, em artigo assinado pelo Presidente Nacional do PCdoB, João Amazonas, sob o título "Capitalismo de estado, na transição ao socialismo").

Classe - Qual a sua avaliação do seminário?

Renato - Na fase atual de reaglutinação do movimento comunista revolucionário mundial, um primeiro passo importante foi dado com a declaração de Pyongyang em defesa do socialismo. Considero que um segundo passo foi dado com a realização deste evento na Índia. Vale destacar que o seminário foi um momento pioneiro ao destacar e debater temas fundamentais para o futuro do movimento revolucionário e comunista. Foi um espaço que reuniu partidos que mantêm a identidade comunista, alguns no poder, outros com grande influência política em seus países, sendo alguns deles, a força de esquerda e da oposição mais importantes. Apesar das diferenças de pontos de vista ainda existentes, e da trajetória peculiar de cada um,

é importante ressaltar que existe uma unidade crescente quanto à necessidade de desenvolver a identidade comunista desses partidos, levando em conta a realidade da época atual, a possibilidade de derrotar o capitalismo e atingir uma nova fase do socialismo. Observamos assim um começo de reorganização de importantes forças comunistas e revolucionárias, num quadro de conjunto ainda adverso e de acumulação de força.

Podemos também destacar a experiência particular do Partido Comunista da Índia (marxista), anfitrião do Seminário, que tem hoje grande influência política nesse país, goza de grande prestígio entre os trabalhadores e intelectuais e mantém com firmeza os princípios revolucionários do marxismo.

O seminário foi encerrado com um grande comício num estádio de Calcutá, com a presença de 30 000 pessoas que foram ouvir as conclusões do seminário e as saudações dos divesos representantes dos partidos comunistas. Já na abertura do seminário foi inaugurado um grande monumento com as estátuas de Marx e Engels, com a presença de cinco mil pessoas. As 25 teses apresentadas e as intervenções feitas durante o debate vão ser publicadas e deverão ser lidas e estudadas para uma conclusão mais aprofundada das questões colocadas no seminário.



CONSCIÊNCIA

Socialista

Pra lutar
tem
que ter
partido

Todo mundo já ouviu falar na descrença que o povo vem sentindo em relação aos políticos e aos partidos. Essa descrença tem suas razões. Não há um dia que não saia notícias de corrupção, fraude, brigas e disputas pelo poder. Diante de tanta lama que envolve a prática política surge um sentimento popular: partido para quê?

Partido pra mudar a dura vida que a gente vive. Nos últimos tempos, só se ouve falar em crise e a cada dia o povo vai ficando mais pobre. As notícias são assustadoras. A televisão já divulgou que no Brasil há gente fazendo sopa de papel. 32 milhões de crianças e adolescentes vivem em famílias cuja renda mensal não chega a meio salário mínimo por pessoa.

Dos salários, nem precisa falar. São mais baixos do que em qualquer outro país da América Latina. Enquanto no Brasil se pagam 80 dólares pelo salário mínimo, no Paraguai ele chega a 180 dólares. Sai governo, entra governo e a crise permanece. Os que mandam no país já inventaram mil fórmulas que mantêm a situação do mesmo jeito. Só de Sarney para cá houve cinco planos econômicos, entre eles, o Cruzado, Cruzado Novo, Brasil Novo, de Collor. Mas a fome e a miséria persistem atingindo a maioria da população.

Parece que começa a ficar clara para muitas pessoas a causa desses males. Na sociedade capitalista em que vivemos, a propriedade é concentrada nas mãos de poucos. As terras, as fábricas, a riqueza produzida com a exploração dos trabalhadores ficam em poder de alguns. Fica também concentrado o poder de decidir os rumos do país. Os planos apresentados pelos políticos e partidos da burguesia só servem para manterem seus privilégios.

Um partido diferente. Um partido não é apenas uma sigla, um nome. É uma organização política em torno de determinados interesses, um instrumento da luta política, cujo objetivo maior é a conquista do poder.

No capitalismo, os partidos representam diferentes classes e grupos sociais. Cada um busca o mando do poder em defesa de seus próprios objetivos. Uma mudança radical só pode vir de um partido diferente. Um partido que entenda que a sociedade é formada de interesses antagônicos: de um lado, os interesses do capital, do outro, os do trabalho.

Um partido diferente é o que defende, de modo intransigente, os interesses do trabalho, que representa a

classe mais explorada, a classe dos operários. Só um partido assim é capaz de levar adiante a luta contra a exploração e por uma nova sociedade.

Esse partido existe. Em 1917, na Rússia, triunfa a grande Revolução Socialista. A mais importante revolução social do planeta. Sem dúvida, esse acontecimento passou a ser importante exemplo para a luta dos trabalhadores em todo o mundo.

No Brasil começa o desenvolvimento industrial e com ele o crescimento e concentração da classe operária. A década de 20 se inicia com muita luta e é exatamente no calor do combate aos exploradores que, em 1922, é fundado o mais antigo e diferente partido do país: o PCdoB.

O PCdoB nunca se rendeu, nunca se vendeu. Sempre lutou pela democracia, pela liberdade, pela soberania nacional e pelos direitos dos trabalhadores. O PCdoB tem a marca de luta. Combate os exploradores e defende o povo. É isso que diferencia o partido. Sua luta por uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Texto publicado em folheto do PCdoB em Minas Gerais.



Aqui tem um lugar pra você

▼ A campanha de filiação do PCdoB está sendo estimulada pela realização das Convenções. O programa na TV foi um reforço para o crescimento partidário

A campanha de filiação ao PCdoB foi estimulada pela realização das Convenções para renovação do registro legal do partido. O programa do PCdoB veiculado no dia 3 de junho foi um reforço para o crescimento das fileiras partidárias.

No Rio Grande do Sul, a direção traçou um plano que inclui comerciais de 15 segundos na TV convidando as pessoas para se filiarem ao partido. Além disso, jomais, folhetos e cartazes também trazem a marca da campanha: "Aqui tem um lugar pra você". A campanha já foi inclusive comentada em três programas de televisão. Os companheiros Negreiros, Ismair, Carlos e Percy estão filiando em média 30 pessoas por dia na Grande Porto Alegre. A fita para TV elaborada pelos companheiros gaúchos está à disposição dos demais comitês regionais. Caso haja interesse é só entrar em contato com Pedro Oliveira, na Comissão Nacional de Agitação e Propaganda do PCdoB.

Em Minas, várias são as iniciativas que têm dado resultado. Em São Sebastião do

Paraíso, os comunistas trouxeram novos filiados, inclusive combativos sindicalistas da cidade de Guaxupé, no sudoeste mineiro. Antigos ativistas respeitados no movimento sindical também formalizaram seu ingresso no partido. E a direção municipal de Ponte Nova decidiu, além de refazer o diretório local, contribuir para a realização de convenções em mais três municípios da região do Piranga. O Comitê Regional de Minas elaborou um folheto sobre o PCdoB (publicado na coluna ao lado), que vem sendo material importante na filiação de novos camaradas.

No Pará, os comunistas também estão enfrentando o desafio de ampliar as fileiras partidárias. A Comissão Municipal em Castanhal, por exemplo, conseguiu em menos de duas semanas filiar mais de 50 operários da construção civil, donas de casa e estudantes. E o mais importante é que já realizaram um curso básico de formação política para os novos militantes.

No Distrito Federal, o entusiasmo também é grande. Apoiando-se no prestígio do dirigente comunista Antônio Gomes na cidade satélite de Brasilândia, em apenas dois dias foram filiadas cerca de 150 pessoas na cidade. As equipes de filiação contaram com a participação do deputado comunista Agnelo Queiroz. Com essas iniciativas já se conseguiu a formação do diretório do PCdoB em Brasilândia. Os novos filiados assistiram juntos ao programa do partido na TV e vão participar organizadamente da tradicional festa junina da cidade.

Euler Ivo é suspenso do PCdoB

O Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil - PCdoB - comunica a todos os filiados e à sociedade goiana que, em reunião realizada em 30 de maio do corrente, decidiu aplicar ao militante Euler Ivo Vieira a sanção estatutária de suspensão por dois anos da militância partidária.

Esta decisão é resultante das considerações que seguem:

1 - Desde a Conferência Regional de Julho de 91, quando, através de um processo democrático, foi substituído da Presidência Regional do Partido Comunista do Brasil, função que exercia há 10 anos, Euler vem praticando um conjunto de ações e atitudes prejudiciais ao Partido, contrárias à política e às normas organizativas dos comunistas. Durante quase dois anos, num longo e democrático processo de persuasão, de convencimento, apesar das observações, críticas construtivas e apelos por parte do Diretório Regional e mesmo da Direção Nacional, Euler insensível aos apelos dos seus camaradas, de ação em ação foi distanciando-se da política, da ideologia e das normas organizativas do Partido.

2 - Dentre suas ações nocivas à unidade partidária destacam-se articulações e negociações, à margem do controle e da orientação partidária, com autoridades

governamentais, inclusive com o governador Iris Rezende, ao qual o PCdoB tem uma política de oposição.

3 - Euler vem utilizando o Movimento de Luta pela Casa Própria - MLCP, um movimento popular ao qual o Partido tem prestado apoio por considerar justa a causa que defende, para perseguir objetivos políticos pessoais, visando, inclusive, arregimentar posições para confrontar-se com o Partido e sua direção.

4 - Os êxitos do PCdoB e o prestígio que ele conquistou no cenário político devem-se a uma orientação política justa - defesa do socialismo, da soberania nacional, da democracia e dos direitos dos trabalhadores, e à sua unidade interna. O conjunto de ações e atitudes políticas de Euler Ivo chegaram ao extremo de se caracterizar como atividades desagregadoras, pois buscam enfraquecer a sua unidade, buscam dividir o Partido.

Esta sanção estatutária tem como objetivos a defesa e a preservação da unidade partidária, visa salvaguardar o Partido das ações desagregadoras do militante Euler Ivo; representa também um chamamento último dos comunistas no sentido de que o militante que recebe a presente sanção ponha fim a tais atitudes, e busque rever suas posições.

Goiania, 31 de maio de 1993.

Dicionário marxista

Madalena Guasco Peixoto

Professora de Filosofia da PUC-SP

Atendendo à solicitação estamos iniciando a coluna Dicionário Marxista. Esta coluna, como o próprio nome diz, buscará quinzenalmente abordar de forma sistemática e atual os principais conceitos que compõem esta teoria. Nesta edição iniciaremos situando o surgimento histórico do marxismo.

O marxismo surgiu em meados do século XIX na Alemanha. Seu fundador foi Karl Marx (1818-1883), que, juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), elaborou os fundamentos desta concepção. O marxismo não surgiu ao acaso. Foi fruto de toda a produção de idéias que se desenvolveu naquele período histórico e que representou um dos períodos mais ricos da história do pensamento humano. Intimamente conectado à realidade

em que surgiu, o marxismo ao mesmo tempo que incorporou o que havia de mais avançado no campo das idéias constituiu-se uma concepção inteiramente nova.

Condições sócio-econômicas advindas do acirramento das contradições do capitalismo e do aparecimento da luta da classe operária contra o regime de exploração e condições filosóficas, teóricas e científicas determinaram o seu aparecimento. As fontes teóricas nas quais o marxismo se baseou eram as avançadas da época: a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo utópico francês. Foi a análise crítica delas que deu origem às três partes que constituem o marxismo: a filosofia marxista que é o materialismo dialético e histórico, a economia política marxista e a teoria do socialismo científico.

Desenvolvemos os principais conceitos contidos em cada uma destas partes.

Dicas

A teoria do Valor-Trabalho

José Carlos Ruy

"As formas do valor - mercadoria, dinheiro, capital - não são apenas os conceitos, são formas categoriais objetivas" - com este enfoque básico a historiadora Maria Lúcia Ferreira escreveu um livro muito útil para a discussão deste aspecto essencial do pensamento marxista: *A Teoria Marxiana do Valor-Trabalho*, publicada pela editora Ensaio.

Não é um tratado de economia. Embora a questão do valor esteja ligada diretamente à produção material, ela é fundamental para a ontologia materialista dialética, já que é através do trabalho que o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens. É através desta atividade prática-concreta que ele se constitui como ser humano, é sobre esta base que se apoia o ser social do homem, sua consciência, o pensamento que o distingue dos outros animais etc.

Marx, um autor "muito falado e pouco lido", como diz Maria Lúcia, não foi apenas um economista, como muita gente pensa, nem um cientista político, muito menos um sociólogo. Ele foi muito mais do que a soma destas habilidades intelectuais, um pensador multilateral porque compreendia - e este é outro aspecto central de seu pensamento - a multilateralidade do mundo objetivo, a complexidade do mundo interior, e a multilateralidade do mundo objetivo e do mundo subjetivo, e a complexa relação entre ambos.

Respeitar esta multilateralidade é a grande virtude do livro de Maria Lúcia.

A teoria marxiana do valor-trabalho
Maria Lúcia Ferreira
Editora Ensaio, SP, 1992.

A MPB que se liga no Brasil

A Música Popular Brasileira traz em seu bojo toda a nossa diversidade cultural. Há gêneros musicais de todos os tipos que expressam as nossas diferenças, mas não abandonam o elo do sentimento nacional que nos une, sem xenofobia. A MPB canta em prosa e verso a alma do povo brasileiro. Estas conclusões podem ser tiradas do livro *Caymmi: uma utopia de lugar*, de Antonio Risério, lançado recentemente pela editora Perspectiva. Com uma análise criteriosa da evolução da MPB, o livro traz como principal referência a obra do compositor baiano Dorival Caymmi. Para Risério, Caymmi canta a realidade que vive, mas ele "recriou esteticamente a Cidade da Bahia tal como a conheceu entre as décadas de 20 e 40 do século que está passando: uma cidade tradicional, semiparalisada, culturalmente homogênea, curtindo seus dias de vagarosa estância da vida urbana pré-industrial".

Com o implemento do rádio, após a década de 30, a indústria fonográfica desenvolveu-se, colaborando para a transformação da MPB que voltou sua atenção para os novos veículos de expressão que surgiam. Alguns dos maiores nomes do nosso cancionário popular aparecem nessa época. Mas para não mitificar, Risério tece comparações entre os vários compositores da época, e chega a detectar que "a relação de Noel (Rosa) com os pretos e as culturas pretas vem repassada de racismo". É mais uma prova contundente de que nem os maiores gênios se sobrepõem ao contexto histórico-social. (MR)

Caymmi: uma utopia de lugar
Antonio Risério
Editora Perspectiva, SP, 1993.

Cultura



Linh Dan Phan e Catherine Deneuve

Indochina: a luta pela liberdade

Marcos Ruy

O cinema já está saturado de filmes sobre a guerra do Vietnã, mas poucas vezes se viu obras retratarem a ocupação francesa na região. O filme *Indochina*, de Régis Wargnier vem suprir, um pouco, essa lacuna. Wargnier surpreende ao fazer a reconstituição histórica da época e ao mesmo tempo falar sobre dramas humanos individuais. Ele consegue retratar como o processo de consciência pode mudar a trajetória individual. A cena do reencontro de Camille (Linh Dan Phan) com sua mãe (Catherine Deneuve) após a libertação dos presos políticos é a expressão maior disso. Aí fica evidente como o contato com a miséria e a prisão levou a jovem vietnamita a assumir o compromisso com o futuro de seu povo e a recusar o convite da mãe, grande latifundiária francesa, para retomar sua vida de luxo.

Outra cena marcante é quando Camille parte ao encontro de seu amado, o marinheiro francês Jean-Baptiste (Vicente Perez), e no caminho estabelece contato com uma família de retirantes que é obrigada a se vender como escrava para sobreviver à fome. Nesse momento, Camille começa a perceber a crueldade da colonização francesa, que levou seu povo ao estado de degradação. Ao ver a família que conhecera assassinada, ela se rebela e mata um oficial francês. Está selado o seu compromisso com a luta pela libertação nacional. E para confirmar seu compromisso, ela filia-se ao Partido Comunista.

Em *Indochina*, Wargnier faz um grande esforço para mostrar a luta contra a ocupação do Vietnã com a participação da juventude na resistência. O filme mostra o processo de tomada de consciência dos jovens que, educados em escolas francesas e cercados de privilégios, adquirem o desejo de compreender seu povo para construir um novo país. Isso deixa claro porque o Vietnã ganhou a guerra: a colonização francesa agravava a situação de miséria, impulsionando a necessidade da organização do povo para lutar pela liberdade.

A obra de Wargnier prima tanto pela beleza estética quanto pela novidade da coerência que representa. O filme lava a alma do povo francês ao reconhecer as atrocidades cometidas contra os vietnamitas pela agressão do colonialismo da França.

Maria Antonia faz parte da história

Em 1968, a Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, na rua Maria Antonia, entrou para a história do país como um dos principais baluartes de resistência democrática à ditadura militar. A Faculdade Mackenzie também entrou para a história, só que do outro lado. Alguns estudantes do Mackenzie eram integrantes do CCC (Comando de Caça aos Comunistas). As duas Faculdades eram vizinhas, isso tornou o confronto inevitável. No dia 4 de outubro, sob os olhares omissos dos policiais, o CCC destruiu as dependências do prédio da Maria Antonia.

Agora o prédio foi devolvido à USP e transformado num Centro Cultural. Este é um claro sinal de que o carro da História não tem freio, como dizem os versos de Chico Buarque e Pablo Milanés: "*A História é um carro alegre/Cheio de um povo contente/Que atropela indiferente/Todo aquele que a negue.*"

A arte contra a burrice

Tem uma frase do Padre Antonio Vieira com o seguinte sentido: *os grandes ladrões roubam os pequenos ladrões*. Essa frase se enquadra no caso que envolve a artista plástica Jac Leirner em um processo jurídico movido pelo deputado estadual Afanásio Jazadji (PFL-SP). Baseado em uma entrevista concedida por Jac, onde ela diz ter "furtado" cinzeiros de aviões para a realização de seus novos trabalhos, o truculento deputado, "defensor da moral e dos bons costumes" alheios, entrou na Justiça para a interdição e apreensão de sua exposição que ocorre em São Paulo.

O advogado da artista, Ivan Silvestre, afirma que ela recebeu muitos votos de solidariedade a partir do conhecimento público do fato. Ele diz que "as companhias aéreas passaram a doar muito material para ela, até mais do que necessita", e emenda explicando que "agora a Jac vai levar esse processo até o fim, pois confia na decisão da Justiça."

As perspectivas do marxismo

Mesmo após 110 anos da morte de Karl Marx, o pensamento marxista continua instigando corações e mentes de todo o mundo.

Foi este o espírito do debate *110 anos da morte de Marx: atualidade e perspectivas*, ocorrido dia 27 de maio na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O tema foi apresentado pelo professor de Ciências Sociais da PUC, Lucio Flávio, por Antonio Rago, professor de História da PUC e pelo jornalista José Carlos Ruy, membro do conselho editorial da revista *Princípios*. O evento teve a promoção da Associação dos Professores da PUC e da Associação dos Funcionários Acadêmicos da PUC e contou com o apoio da *Princípios*.

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Data ____/____/____

Assinatura semestral: Cr\$ 400.000,00 - Assinatura trimestral: Cr\$ 200.000,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 800.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a *A Classe Operária*. Não mande dinheiro. Mande cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti, Marcos Ruy
Correspondentes: Calucho Carvalho (BA), Luciana Costa (PA), Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracébio Pereira - **Diagramação:** José Luis Munuera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuart - Fone: (011) 251-1571 - **Fotolito:** Enfocke Impressão: Diário de Mogi - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Leandro Shilipake - **Secretaria:** Sílvia Regina Lopes - **Revisão:** Márcia Saraiva - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística *A Classe Operária* - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo-SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Sala 1 - Centro - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Manoel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 16 - Centro - (021) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.

Especial

▼ No dia 19 de junho próximo completará 40 anos do assassinato do casal Rosenberg, condenado à morte nos Estados Unidos. Era o tempo da Guerra Fria e o processo foi uma farsa montada por Joseph McCarthy, então senador americano

Augusto Cesar Buonicore
Historiador

Na noite de 19 de junho de 1953, uma pequena multidão ainda se concentrava do lado de fora da prisão de Sing-Sing portando faixas e cartazes que exigiam a libertação dos condenados, que em poucos minutos deveriam ser executados. Todos ali alimentavam um fio de esperança de que as mãos dos carrascos não cumpririam a sentença e que o indulto viria. A última palavra ainda não havia sido dada. Mas às 20 horas e quarenta minutos as luzes do presídio fraquejaram. Era o anúncio da tragédia. Em poucos minutos o ato já estava consumado. Julius e Ethel estavam mortos.

Guerra fria e macarthismo. Aqueles eram anos terríveis. No plano externo, a política norte-americana se traduzia numa febril preparação guerreira contra a URSS (ainda socialista), através de atos de provocações internacionais, como o caso de Berlim Ocidental e da intervenção americana na Coreia. No plano interno, o imperialismo buscava criar um clima favorável à guerra, fazendo surgir uma lucrativa indústria do anticomunismo.

Em 1947 é estabelecida a Ordem de Lealdade e criado o Departamento de Controle de Atividade Subversiva. No mesmo ano, o senador Joseph McCarthy, um político até então inexpressivo, aparece na cena política reativando o famigerado Comitê de Atividade Anti-Americana, uma moderna versão dos tribunais medievais da Santa Inquisição.

Pelos tribunais, dirigidos por McCarthy, passaram pessoas como Charles Chaplin, Bertold Brecht (ambos expulsos dos EUA), Tennesse Williams, Orson Wells, Elia Kazan e outras centenas de artistas e intelectuais, muitos dos quais processados apenas por demonstrarem simpatias por idéias mais avançadas ou por se posicionarem contra a histeria anticomunista e os preparativos de uma nova guerra.

Em 1948, o Partido Comunista norte-americano é colocado na ilegalidade e seus dirigentes são processados e presos. A democracia americana mostrava ao mundo a sua verdadeira face.

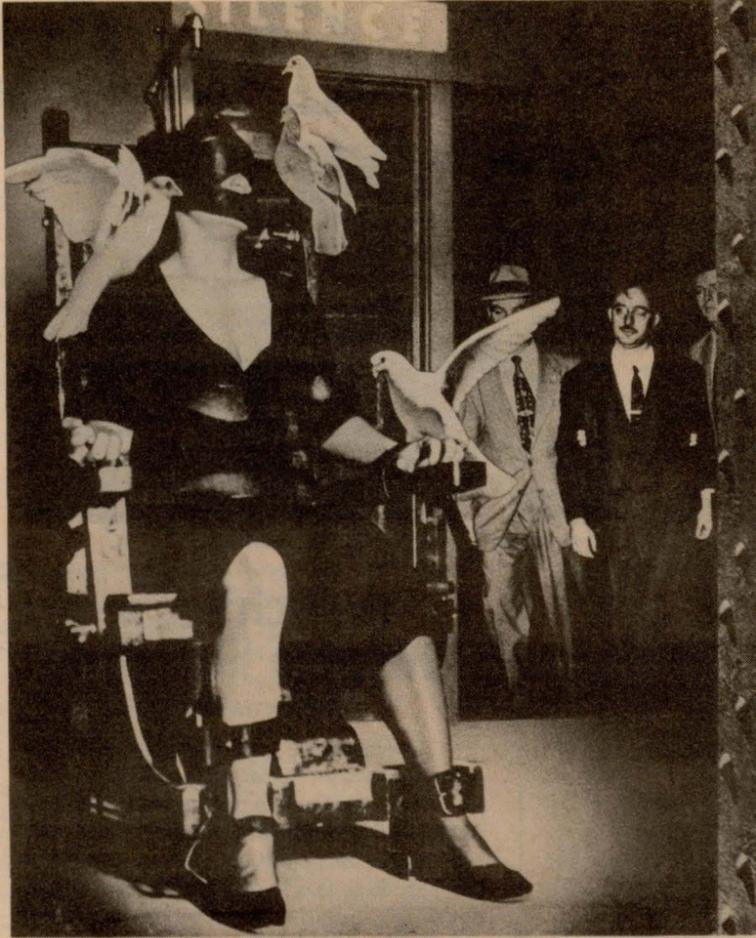


Foto montagem de Josef Renan, alusiva à execução do casal Rosenberg

JULIUS & ETHEL

Uma tragédia americana

O processo e a farsa. Em 29 de abril de 1949, a URSS explode o seu primeiro artefato nuclear, quebrando o monopólio norte-americano e limitando assim o poder de coerção que o imperialismo vinha exercendo sobre os povos do mundo desde 1945. Em 1950 tem início a guerra da Coreia e, com ela, a primeira grande derrota militar americana no pós-guerra. Os EUA, que tinham toda sua política externa baseada no monopólio da bomba, viam-se enfraquecidos e desmoralizados. Isto os levou a endurecer sua política interna anticomunista.

Assim foi-se forjando um plano diabólico para jogar a responsabilidade pelos graves problemas que vinha atravessando a sociedade americana sobre os ombros dos comunistas. E quem melhor para assumir a culpa pela quebra do monopólio atômico e pelos revezes da guerra da Coreia que dois jovens cientistas, filhos de imigrantes judeus, com tênues ligações com o Partido Comunista? Os homens do Pentágono já haviam achado seus culpados. Seus nomes: Julius e Ethel Rosenberg.

O processo contra o casal rapidamente se transformou numa peça propagandística do anticomunismo. Suas bases se reduziam a duas únicas e frágeis evidências: a declaração incriminatória de David Glenglass, irmão de Ethel, funcionário do Centro de Energia Atômica de Los Alamos, e uma velha escrivãzinha encontrada na casa de Ethel, que a acusação dizia ter sido adquirida na URSS, prova "inequívoca" de sua ligação com o comunismo internacional.

A defesa do casal foi feita pelo advogado progressista Emmanuel Bloch, que de maneira brilhante

desmantelaria todas as provas contra os acusados. Comprovou-se que a carta-denúncia de David fora escrita sob ordens diretas do FBI. Quanto à escrivãzinha, graças à ajuda de jornalistas, provou-se ter sido comprada em Nova Iorque por 21 dólares, uma desmoralização para o FBI. Desfaziam-se assim as provas "contundentes" contra os Rosenberg.

Enfurecido, o governo norte-americano passa a acusar e perseguir todos os que apresentassem simpatias pelo casal. "Quem defenderia comunista senão comunista?", pensava McCarthy.

Einstein, maior físico contemporâneo, e Harald Hurey, ambos familiarizados com as pesquisas atômicas, apresentaram-se como testemunhas de defesa, propondo-se a desfazer o mito do segredo atômico, afirmando que a URSS tinha todas as condições para construir a bomba atômica com suas próprias forças. Propuseram-se também a testemunhar sobre a incapacidade dos Rosenberg de trabalhar com tal nível de tecnologia e, portanto, de transmiti-la a quem quer que fosse. Mas seus testemunhos foram recusados pelo Tribunal e Einstein foi colocado por McCarthy na lista dos inimigos dos EUA.

A brilhante defesa de Bloch e todas as provas de inocência de nada valeram. A sentença já estava pronta desde o primeiro dia, nas mãos do juiz conservador Irving Kaufman. Uma sentença forjada nos porões do Pentágono e da Casa Branca. Em 1951, os Rosenberg foram condenados à morte na cadeira elétrica.

Uma justiça de assassinos. Diante da condenação, o mundo inteiro se consternou e se solidarizou com os

A Classe Operária



jovens cientistas. Até mesmo o Papa Pio XII, conservador, intercedeu por suas vidas junto ao governo americano. O mesmo fez o Arcebispo de Paris e o presidente da Assembléia Nacional francesa. Milhares de religiosos e personalidades de todo o mundo enviaram solicitações de indulto. Intelectuais como Einstein, Brecht, Picasso e Sartre enviaram apoio ao casal e organizaram campanhas internacionais de solidariedade. A Casa Branca viu-se inundada por milhões de cartas e telegramas de protesto.

As grandes manifestações populares se sucederam. Em 11 de junho de 1953, duas mil pessoas se reuniram em Nova Iorque. Dia 14 foi a vez da Casa Branca ser cercada por 10 mil manifestantes que exigiam a libertação dos Rosenberg. O centro das atenções eram os dois filhos do casal, Robert e Michel, de 12 e 6 anos.

Dia 15, o povo inglês fez seu protesto na frente da Embaixada americana, aonde depositaram flores e uma faixa que dizia: "Para que o ideal dos Rosenberg sobreviva, os Rosenberg não devem morrer." O governo americano se mantinha irredutível, isolando-se cada vez mais em sua política reacionária.

Por quatro vezes, o pedido de revisão do processo foi negado. O indulto presidencial também não viria. Mas a firmeza dos Rosenberg continuava a espantar a todos, inclusive seus inimigos, aumentando em muito o respeito do mundo por eles. Desesperado, o governo americano apresenta sua última proposta: "Digam-se culpados de espionagem, mas arrependidos, e serão perdoados, escapando assim da morte na cadeira elétrica." É Ethel quem responde aos carrascos: "Somos inocentes. A verdade não muda. Não desejamos morrer, mas, se morreremos, morreremos com dignidade e honra."

No dia 19 de junho de 1953 eram executados na cadeira elétrica. Sob suas tumbas, Emmanuel Bloch, traduzindo a opinião pública, afirmaria: "Não se fez justiça, devemos nos indignar... A justiça no caso Rosenberg foi uma justiça de assassinos."

Um grito de revolta. As notícias da tragédia causaram profunda indignação às consciências progressistas do mundo, em especial, entre as forças proletárias. Em Paris milhares de trabalhadores realizaram um ato de repúdio diante da Embaixada dos EUA. Em Roma, dois mil trabalhadores saíram às ruas até à meia-noite quando foram dispersados pela polícia. No dia seguinte, uma greve de 15 minutos paralisava a produção nas principais cidades italianas.

Em Londres, cerca de 3 mil pessoas se concentravam no Hyde Park e quando o Big-Ben anunciou uma hora da manhã a multidão dedicou-lhes dois minutos de silêncio, sem maiores incidentes. Mas em Dublin, populares enfurecidos com a notícia da morte do casal passam a deprecar as instalações das agências noticiosas norte-americanas.

Um dia, mais cedo do que esperam os reacionários e seus aliados, a história fará realidade a profecia de Ethel a seus filhos, pouco antes de morrer: "Um dia verde e alegre será o mundo sobre as nossas Campas."